

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sargento pressionou auditor da Receita ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro e ex-chefe da Receita conversaram sobre liberação de joias ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Corregedor que acusou pressão pede exoneração da Receita ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Chefe do fisco envia áudio a auditores e anuncia bônus por eficiência ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pressão na Receita por joias incluiu mensagens e audios de WhatsApp ..... 9

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Tem que tirar tudo, tem que levar", disse emissário a fiscal ..... 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita libera hoje programa para fazer a declaração do IR 2023 ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Previc defende nova regra de investimentos ..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Lula quer ampliar multa para salário desigual ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Biden quer cortar US\$ 3 tri de déficit subindo impostos ..... 18

O GLOBO - ON LINE - RJ  
POLÍTICA

Reforma política por mais presença das mulheres ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planalto oferece cargos de 2º escalão para barrar CPI sobre atos golpistas ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados rejeitam reforma tributária do governo Boric ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos apostam em aumento de arrecadação com reforma tributária ..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Revisão pode elevar PIB em 12% em 15 anos, diz Appy ..... 27

Quinta-Feira, 9 de Março de 2023

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PL leva comissão para fiscalizar Planalto após acordo com Lira ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy defende que "cashback" seja regulado por lei complementar ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio se empenhará para aprovar reforma tributária neste ano ..... 31

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Jair Renan ganha cargo no Senado em gabinete de ex-auxiliar do pai ..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Seminário debate perspectivas para PIB em 2023 ..... 35

O GLOBO - RJ - RIO  
ECONOMIA

Saiba o que muda nas regras do Regime de Recuperação Fiscal ..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Projeto prevê sanção a discriminação salarial por gênero ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Transtorno mental gera perda de 4,7% do PIB ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Consumo do governo atinge menor nível da série histórica ..... 43

# Sargento pressionou auditor da Receita

GI/Reprodução



Sargento Jairo da Silva na Receita Federal: "urgência" para levar joias

## Henrique Lessa

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União pediu que o órgão investigue uso da máquina pública e possíveis descumprimentos das regras pelo poder Executivo no ingresso das joias sauditas ao Brasil.

A manifestação, assinada pelo subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, pontua a necessidade de se apurar a utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira para tratar de interesses pessoais do ex-chefe do Executivo e da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Em 28 de dezembro de 2022, o sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva foi enviado em voo oficial da FAB para o Aeroporto de Guarulhos, com a missão de resgatar as joias apreendidas em 26 de outubro do ano anterior. A ação foi gravada pelo sistema de câmeras de segurança da unidade da alfândega no aeroporto.

Em vídeo obtido pela Globo News, o sargento Silva tenta convencer o auditor da **Receita Federal** a liberar o bem apreendido. O militar apresenta, na tela do celular, um ofício assinado pelo tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, com pedido para a entrega dos bens.

O auditor explica que não pode autorizar a retirada do objeto sem a documentação adequada.

O militar insiste e diz que o pedido tem um caráter "de urgência".

O servidor resiste à intimidação e encerra a conversa. A operação de resgate das joias fracassa.

Em entrevista à CNN, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), admitiu que incorporou ao seu acervo pessoal as joias que recebeu do governo saudita. "Não teve nenhuma ilegalidade. Segui a lei, como sempre fiz", disse.

No sábado, Bolsonaro afirmou que estava sendo acusado "de um presente que eu não pedi, nem recebi".

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/09/all.pdf>

# Bolsonaro e ex-chefe da Receita conversaram sobre liberação de joias



As joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões apreendidas pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos. Reprodução @Pimenta13Br

**Fabio Serapião e Ranier Bragon Brasília**

Jair Bolsonaro (PL) e o então chefe da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes conversaram por telefone em dezembro sobre a liberação das joias presenteadas pela Arábia Saudita e apreendidas no aeroporto de Guarulhos (SP).

Pessoas com conhecimento do episódio confirmaram à Folha a ocorrência da ligação, no primeiro indicativo de participação direta do então presidente da República na tentativa de liberação do material avaliado em R\$ 16,5 milhões.

Há divergência só sobre de quem teria partido a ligação, se de Bolsonaro ou Julio Cesar.

Essa conversa contradiz a versão que o ex-presidente apresentou no final de semana, quando tentou se desvincular do caso dizendo não ter ficado sabendo dos presentes e negando tentativa de trazê-los para o país de forma ilegal.

Uma das versões da conversa diz que o então secretário da **Receita Federal** ligou para Bolsonaro e lhe informou da existência das joias apreendidas na alfândega de Guarulhos.

A partir daí, o ex-ajudante de ordens e homem de confiança de Bolsonaro, coronel Mauro Cid, teria sido

destacado para acertar com Julio Cesar os trâmites burocráticos para o desembaraço do material. Por essa versão, Bolsonaro não saberia das joias até a ligação do secretário da Receita.

A outra versão para o caso também confirma a ligação telefônica entre os dois, mas diz que foi Bolsonaro quem ligou para Julio Cesar, dias depois de Mauro Cid ter feito um telefonema inicial pedindo uma apuração sobre a existência de joias apreendidas pela Receita.

As duas versões coincidem em que o tema da conversa entre Bolsonaro e o chefe da Receita foi no sentido de liberar as joias para posterior entrega ao Palácio do Planalto.

A reportagem não conseguiu falar com a defesa de Bolsonaro. Mauro Cid e Julio Cesar não quiseram se manifestar.

Documentos e relatos confirmam que no final de dezembro houve mobilização na Presidência e na Receita na tentativa de liberação do material.

Nos dias 27 e 28 foi preparado o ofício encaminhado para a Receita em que Cid solicita a liberação das joias e um email da chefia da Receita para a superintendência do órgão em São Paulo, também no sentido da liberação do material.

O ofício de Cid enfraquece a versão de que Bolsonaro só soube em dezembro da existência das joias, pois ele cita no documento que "foram meses para obter os documentos comprobatórios, tal como exigido pela Nota da **Receita Federal**," para conseguir a liberação.

A operação da cúpula do Executivo culminou com o envio em 29 de dezembro -a dois dias do final da gestão Bolsonaro- do sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva a Guarulhos, em avião da Força Aérea Brasileira. Ele não conseguiu retirar o material.

Funcionários da Receita na alfândega do aeroporto resistiram às tentativas de liberação das joias sob o argumento de que não havia comprovação de que seriam destinadas ao patrimônio público, entre outras irregularidades formais.

O caso começou em outubro de 2021, quando uma comitiva chefiada pelo então ministro de Minas e

Energia Bento Albuquerque voltou de viagem oficial à Arábia Saudita. O militar Marcos André dos Santos Soeiro tentou entrar no país com as joias na bagagem pessoal, sem declaração à alfândega. Foi parado no aeroporto e o material foi apreendido.

A Receita diz ter orientado o governo sobre como desembaraçar o material, que poderia ser liberado sem pagamento de tributo caso fosse destinado ao patrimônio público, mas que isso nunca ocorreu.

Documentos posteriores à apreensão mostram que o Ministério de Minas e Energia tentou, em outubro e novembro de 2021, reaver as joias alegando que seriam analisadas para incorporação "ao acervo privado do Presidente da República ou ao acervo público da Presidência da República".

A suposta resistência do governo em declarar como bem público as joias e relógios contraria entendimento do Tribunal de Contas da União, segundo o qual só presentes de uso pessoal ou de caráter personalíssimo podem integrar o acervo privado de um presidente.

O Regulamento Aduaneiro (decreto 6.759/2009) e instruções normativas da Receita também não dão margem para que presentes de estado sejam transportados a condicionados em bagagem pessoal.

Bolsonaro falou sobre o assunto no sábado (4), após evento nos Estados Unidos. Disse que não pediu nem recebeu qualquer presente em joias do governo da Arábia Saudita.

"Eu agora estou sendo crucificado no Brasil por um presente que não recebi. Vi em alguns jornais de forma maldosa dizendo que eu tentei trazer joias ilegais para o Brasil Não existe isso", afirmou.

Nesta quarta (8), o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) encaminhou à corte pedido de apuração do caso das joias.

A comitiva liderada por Albuquerque trouxe um segundo conjunto de joias que não foi apreendido pela Receita.

O outro pacote, que inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard e supostamente destinados a Bolsonaro, estava na bagagem de um dos integrantes da comitiva e não foi interceptado pela Receita.

Em 29 de novembro, a praticamente um mês de Bolsonaro encerrar o mandato, o assessor especial do

Ministério de Minas e Energia Antônio Carlos Ramos de Barros Mello entregou os itens ao Palácio do Planalto. Na versão de Mello, eles estavam sob a guarda da pasta.

Esse caso também está na mira da investigação aberta pela PF e é alvo de apuração conduzida pela **Receita Federal**.

PF intima ex-ministro e ex-assessor de ex-presidente a depor

A Polícia Federal intimou o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque e o ex-assessor da pasta Marcos André Soeiro a deporem no inquérito sobre as joias recebidas pela comitiva brasileira na Arábia Saudita. Os depoimentos estão previstos para esta quinta-feira (9).

O ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL) e o ex-assessor estavam na viagem e foram os responsáveis por trazer os presentes para o Brasil. Era Soeiro quem portava as joias estimadas em R\$ 16,5 milhões.

A apuração foi aberta pela Polícia Federal a pedido do ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB). No ofício enviado ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, o ministro afirma que as tentativas de entrada com os artigos de luxo sem declaração ao Fisco "podem configurar crimes contra a administração pública tipificados no Código Penal".

#### **BOLSONARO CONFIRMA TER INCORPORADO 2º PACOTE DE JOIAS A ACERVO PRIVADO**

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) confirmou à rede de TVCNN nesta quarta (8) que um pacote de presentes encaminhado pelo governo da Arábia Saudita em 2021 foi incorporado ao acervo privado dele, mas negou ilegalidades. O pacote, que inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard, estava na bagagem de um dos integrantes da comitiva que tinha visitado o país árabe naquele ano e não foi interceptado pela Receita na chegada ao Brasil, diferentemente de outro pacote de joias avaliado em R\$16,5 milhões. À rede de TV, sem dar mais detalhes, Bolsonaro afirmou: "Não teve nenhuma ilegalidade. Segui a lei, como sempre fiz".

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50210>**

# Corregedor que acusou pressão pede exoneração da Receita

*Nathalia Garcia e Ranier Bragon Brasília*

O Ministério da Fazenda confirmou nesta quarta-feira (8) que o corregedor da **Receita Federal**, João José Tafner, pediu exoneração do cargo. Ele tinha mandato até janeiro de 2025, mas afirmava estar sofrendo pressão interna do atual comando do Fisco para deixar a função.

A informação foi antecipada pelo jornal O Globo. A exoneração deve ser publicada nesta quinta-feira (9) do Diário Oficial da União.

Tafner, que chegou ao cargo em janeiro de 2022 pelas mãos da família Bolsonaro, é pivô de uma disputa de versões internas com o atual secretário da Receita, Robinson Barreirinhas.

O corregedor fez uma denúncia, formalizada em ata por Barreirinhas, de que sofrerá pressão do comando do Fisco no governo Bolsonaro para concluir e amenizar eventual punição contra o ex-chefe de inteligência do órgão, Ricardo Feitosa.

Como revelou a Folha, Feitosa acessou e copiou em julho de 2019 dados fiscais sigilosos do coordenador das investigações sobre o suposto esquema das "rachadinhas" (o então procurador-geral de Justiça do Rio Eduardo Gussem) e dois políticos rompidos com a família presidencial.

Tafner acusou o então secretário da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes e o então subsecretário-geral, José de Assis Ferraz Neto, de pressão. Eles negam. O corregedor disse que não cedeu e alterou a decisão da área técnica, majorando a punição sugerida a Feitosa, de suspensão para demissão.

Ao formalizar a denúncia, o atual secretário da Receita apontou possível ato de prevaricação, pois Tafner não teria denunciado o caso ou tomado providências à época.

Já o corregedor acusa Barreirinhas de tentar forçá-lo a renunciar ao cargo. A Receita nega a pressão.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50210>**

# Chefe do fisco envia áudio a auditores e anuncia bônus por eficiência

**Julio Wiziack**

Em áudio enviado para um grupo de auditores, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, informou, nesta terça-feira (7), que o decreto prevendo a liberação do pagamento de bônus por eficiência aos fiscais deve ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva "entre hoje e amanhã".

A gravação foi divulgada em um grupo de que fazem parte os superintendentes, secretários e coordenadores da Receita e foi transmitida para entidades que representam a categoria -Unafisco e Sindifisco.

"O decreto do bônus já está pronto para a assinatura do presidente", disse Barreirinhas no áudio a que a Folha teve acesso.

"Passou por todos os setores da Casa Civil e, por conta disso, chamei os dois sindicatos para dar essa notícia. Pode ser assinado a qualquer momento, não tenho governança sobre isso. De fato, está completamente pronto. Se não foi assinado hoje, deve ser assinado amanhã", disse.

O secretário afirmou ainda que o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, foi um "parceiraço" (sic) emitindo um parecer que deu a fundamentação orçamentária para sustentar a proposta que passou pela Casa Civil.

O chefe da Receita lembrou que Ceron -que "em princípio, não tem nada a ver com a história"- foi secretário da Fazenda de São Paulo e, por isso, sabe da importância "de uma remuneração digna, que incentive, mas também de uma reparação histórica", diz Barreirinhas no áudio.

O secretário não detalhou qual foi, afinal, a proposta que será assinada pelo presidente Lula.

As discussões sobre o pagamento do bônus de eficiência para os auditores fiscais vêm sendo travadas desde 2016 e já foram alvo de críticas do TCU (Tribunal de Contas da União).

Durante os debates em torno do decreto, os bônus para auditores da ativa -passariam de R\$ 3 mil para R\$ 9 mil. Os servidores inativos passariam a ganhar

R\$ 3 mil em vez de R\$ 1.820. Esse valor, no entanto, só chegaria a esse patamar no décimo ano de pagamento.

Inicialmente, os aposentados começariam recebendo o mesmo valor dos servidores da ativa, sofrendo reduções anualmente até atingirem 35% do valor dos ativos no décimo ano, mantendo esse pagamento pelos anos seguintes.

Com o reajuste, um servidor com remuneração do topo da carreira, poderá chegar ao teto do funcionalismo -R\$ 39 mil mensais.

Se esses números forem mantidos, a conta significa um aumento de quase R\$ 900 milhões por ano para os cofres da União. A medida em prol dos servidores da Receita seria assinada no momento em que o governo ainda articula com o Congresso medidas do pacote fiscal anunciado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) para reduzir o rombo das contas públicas neste ano -entre eles, a volta de **tributos** federais sobre combustíveis e mudanças nas regras do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**.

Para conseguir levar adiante esse programa, o secretário da Receita decidiu mudar a lógica da bonificação. Deve lançar, nos próximos dias, um programa que muda a forma como hoje os auditores são avaliados para a obtenção do bônus de eficiência.

Pelo novo programa, serão mais bem avaliados os fiscais que conseguirem, no momento da fiscalização, convencer os contribuintes a pagarem o que devem sem aplicação imediata de multas. A exceção seria para devedores contumazes.

Para Mauro Silva, presidente da Unafisco, associação representa os auditores em nível nacional, o decreto faz uma reparação após seis anos de negociações da categoria para que a lei, aprovada pelo Congresso no governo Dilma Rousseff, fosse regulamentada.

"Ele [decreto] resolve um compromisso do governo do PT, mostra que a atual gestão cumpre seus acordos, e dá uma perspectiva de que a atual administração pública de fato inicia um novo ciclo na relação com a **Receita Federal**", disse.

Segundo ele, se o presidente assiná-lo, os novos

valores só passarão a vigorar em 2024, retirando qualquer tipo de ônus sobre o Orçamento deste ano.

Além disso, reforça que, pelas negociações prévias, a aplicação de multas foi retirada do decreto como item de avaliação de desempenho.

"Este era um ponto que criava muita resistência ao bônus", disse Silva. "Muitos achavam que os auditores aplicariam mais multas só para melhorar a bonificação."

O decreto chega no momento em que os auditores estão no centro do episódio envolvendo a apreensão de joias que ingressaram no país ilegalmente por meio de um integrante da comitiva do Ministério de Minas e Energia em outubro de 2021.

Marcos Soeiro, assessor especial do então ministro Bento Albuquerque, entrou no país sem declarar que estava trazendo um suposto presente do governo da Arábia Saudita no valor de R\$ 16,5 milhões -um conjunto de jóias femininas da marca suíça Chopard que seriam destinadas à então primeira dama Michelle Bolsonaro. O caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O ex-presidente Jair Bolsonaro tentou reaver esses objetos valiosos e acionou até o então secretário da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, que pressionou outro auditor no aeroporto de Guarulhos para a liberação.

Em ambos os casos, os auditores cumpriram sua função e não cederam às pressões.

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50210&maxTouch=0&\\_ga=2.129080652.1399432319.1678080940-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50210&maxTouch=0&_ga=2.129080652.1399432319.1678080940-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)**

# Pressão na Receita por joias incluiu mensagens e audios de WhatsApp

**ADRIANA FERNANDES ANDRÉ BORGES BRASÍLIA**

A pressão que o ex-chefe da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes exerceu sobre os **servidores públicos** para liberar as joias detidas na alfândega de Guarulhos (SP) em favor do governo de Jair Bolsonaro (PL) envolveu atos extraoficiais que, no cargo de comando do órgão, jamais poderiam ter sido utilizados.

O Estadão apurou que, para conseguir reaver as joias estimadas em R\$ 16,5 milhões e enviá-las ao então presidente Jair Bolsonaro e à primeira-dama Michelle Bolsonaro, Gomes pressionou servidores de diversos departamentos, por meio de mensagens de texto enviadas por aplicativos como WhatsApp, áudios, telefonemas e e-mails sobre o assunto. A ofensiva alcançou também subsecretários do órgão.

Em um dos áudios aos quais o Estadão teve acesso, Gomes pede que um servidor acesse outro departamento da Receita - a Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol) - e passe o contato dele para o responsável da área, sob o argumento de que precisa explicar o caso da retenção e que se trata de item que "faz parte do gabinete pessoal" da Presidência da República. "Existe um gabinete pessoal, é um órgão que ele criou", diz.

Na ocasião, Gomes tentava driblar a primeira negativa a sua tentativa de liberar os diamantes dados pelo regime saudita. Na mensagem em áudio, ele afirma: "Eu te liguei agora, não precisa me retornar, não. Mas passa meu telefone, por favor, para o... Pô, eu sei que o sobrenome dele é (Gomes diz o sobrenome do servidor), que é da Copol, e que passou a informação lá para o (Gomes cita o nome do delegado da Receita), lá de São Paulo, dizendo que tem que ser o secretário de Administração da Presidência para assinar o ofício no caso de doação. Eu preciso explicar para ele que não é isso. Que é outra coisa", diz Gomes.

Ele prossegue na mensagem: "É um outro órgão, outra unidade separada da Presidência da República como um todo. É um outro órgão chamado acervo histórico e pessoal. Faz parte do gabinete pessoal da Presidência da República. É um órgão lá dentro que ele criou. Tem um decreto, que ele criou. E o responsável por isso daí é quem assinou o ofício eu vou mandar o decreto".

ACERVO. Gomes faz referência na mensagem a um decreto editado há 21 anos - e argumenta que seu pedido para recuperar as joias se baseia neste texto. Trata-se do Decreto 4.344, de 26 de agosto 2002, que trata de regras sobre "preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República".

Segundo servidores da Receita, no entanto, Gomes adotou uma interpretação equivocada das regras para tentar convencer os funcionários a liberar os diamantes e, portanto, cometeu um ato irregular. Por esse "entendimento" mencionado pelo então secretário da Receita, os presentes recebidos pelos mandatários só devem ser incorporados ao patrimônio público se tiverem sido dados em solenidade de troca de presentes. "Os documentos que constituem o acervo presidencial privado são, na sua origem, de propriedade do presidente da República, inclusive para fins de herança, doação ou venda", afirma a lei.

Em 2016, porém, o Tribunal de Contas da União (TCU) ve dou esse tipo de interpretação ao preencher uma lacuna legal e fixar que ex-presidentes só podem ficar com "itens de uso pessoal ou de caráter personalíssimo". O órgão, inclusive, determinou a devolução de 434 presentes recebidos por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e 117 dados para Dilma Rousseff (2011-2016).

O Estadão apurou que a Copol, após ser provocada pelo ex-secretário, respondeu ao chefe da Receita, por meio de um ofício formal, negando a entrega do conjunto de joias.

APLICATIVO. Em outra frente, Gomes enviava documentos por WhatsApp e usava a ferramenta para dar ordens e orientar funcionários. Na avaliação dos servidores, era um ato calculado para evitar deixar suas digitais em sistemas oficiais.

Além da mensagem enviada em áudio para a chefia de seu gabinete, um tipo de atitude que foge do rito interno da Receita, o ex-secretário disparou diversas mensagens a diferentes servidores nos meses que antecederam o fim do mandato de Bolsonaro, na tentativa de retirar o presente dado pela Arábia Saudita dos cofres da Receita, em Guarulhos.

Como revelou o Estadão, seu ato final, depois de recorrer a todas essas pressões, se deu no dia 29 de dezembro do ano passado, quando ele ligou para o primeiro-sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva, que tinha acabado de desembarcar no aeroporto de Guarulhos. A mando do gabinete pessoal de Bolsonaro, o militar viajou para São Paulo para tentar levar as joias.

Na noite daquela quinta-feira, Gomes ligou para o primeiro-sargento e tentou interceder em favor do governo Bolsonaro. Em mais uma ofensiva, buscou convencer o auditor fiscal que estava no aeroporto a liberar o estojo com as joias de diamantes, sem êxito.

PARIS. Em 30 de dezembro de 2022, a um dia de acabar o mandato de Bolsonaro, ele foi indicado pelo ainda presidente para assumir um cargo na embaixada brasileira em Paris, mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reverteu a nomeação no início do governo Lula.

Por meio de nota, Gomes afirmou que, quando acionou, por telefone, o emissário de Bolsonaro no dia 29 de dezembro, no aeroporto de Guarulhos, seu objetivo não era autorizar a liberação dos itens, mas informar o militar sobre a situação em que os bens apreendidos se encontravam.

"Em relação à conversa telefônica no dia 29 de dezembro, apenas informei ao servidor designado que a incorporação dos itens ainda estava em análise e, portanto, não ocorreria naquela data", disse.

Servidores denunciam ex-secretário do órgão à corregedoria da Fazenda

Os atos de coação que o ex-secretário da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes praticou contra servidores para conseguir a liberação de joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões e enviá-las à família Bolsonaro resultaram em denúncias à corregedoria do Ministério da Fazenda.

O Estadão apurou que, por meio da Superintendência da **Receita Federal** de São Paulo, funcionários da Receita que sofreram pressão do ex-chefe decidiram registrar uma representação para que os atos sejam investigados. A denúncia é assinada pelo comando da superintendência e pelos delegados da alfândega de Guarulhos.

Como prova, foram enviados à corregedoria diversos tipos de documentos, além de mensagens de texto, áudios e e-mails, entre outros itens. A representação foi entregue nesta semana, após o Estadão revelar o caso.

Os servidores também avaliam a possibilidade de entrar com representações individuais contra Gomes. Eles ainda relataram temor em relação à corregedoria da Receita, que era ocupada até anteontem por João José Tafner, indicado pela família Bolsonaro e uma das razões da demissão de José Tostes, o antecessor de Gomes, do comando da Receita.

João José Tafner pediu demissão ontem, depois que servidores da corregedoria ameaçaram com uma saída coletiva caso ele não deixasse o cargo. a.f. e a.b.

Sem rastro Ex-secretário usava aplicativo para evitar deixar digitais em sistemas oficiais, dizem servidores

# "Tem que tirar tudo, tem que levar", disse emissário a fiscal



Enviado de Jair Bolsonaro ao Aeroporto de Guarulhos, em 28 de dezembro de 2022, o sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva tentou, de diversas maneiras, convencer o auditor da **Receita Federal** que o atendeu a entregar as joias apreendidas. Os diálogos foram registrados em vídeos obtidos pelos jornalistas Arthur Guimarães e Andréia Sadi, da TV Globo.

A conversa indica que a principal estratégia do sargento foi dar um ar de necessidade imediata para a solução do imbróglio.

Logo no início, Jairo fala ao celular com o então ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid. Ele tenta passar o aparelho ao fiscal, que diz que não pode falar ao telefone.

Ao ser informado sobre a necessidade de apresentar um documento para reaver as joias, o militar pondera que a retirada "é de urgência, com certeza".

O sargento alega que a pressa seria pela troca iminente na chefia do Executivo, dali apenas quatro dias: -Isso aqui faz parte da passagem, não pode ter nada do antigo para o próximo. Tem que tirar tudo, tem que levar.

Não pode, é burocrático.

O auditor, porém, reforça a necessidade de um rito: -

Tem que ter o ato de destinação de mercadoria, porque é uma incorporação. Não tendo, não teria como liberar.

Jairo, então, fala a Cid que será preciso de um documento e diz ao fiscal que está sendo providenciado.

Outro vídeo, exibido ontem pelo Jornal Nacional, mostra a tentativa do ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque de reaver as joias ao voltar da viagem à Arábia.

-Isso tudo vai entrar para a primeira-dama -disse Bento, em referência a Michelle Bolsonaro, apontada como destinatária dos presentes.

Uma segunda caixa de joias, trazida pelo próprio ex-ministro, passou cerca de um ano em um cofre no ministério e acabou sendo entregue pessoalmente a Bolsonaro.

As cenas foram registradas em 26 de outubro de 2021. A gravação tem início quando os auditores, ao fiscalizar um pacote do passageiro Marcos André dos Santos Soeiro, assessor de Bento, encontram uma estátua de cavalo com as patas quebradas e o conjunto com colar, anel, relógio e um par de brincos de diamante da marca Chopard.

Em seguida, Soeiro explica a origem do presente e, como não consegue liberá-lo, chama o ministro, que já havia passado pela alfândega. Bento retorna e ouve a explicação de que as joias foram retidas por não terem sido devidamente declaradas, mas que, caso se tratasse de fato de um presente para o Estado, a liberação poderia ser feita posteriormente sem tributo.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Receita libera hoje programa para fazer a declaração do IR 2023

A **Receita Federal** vai liberar o Programa do Imposto de Renda 2023 às 9h de hoje. Inicialmente, o programa seria disponibilizado em 15 de março, quando tem início o prazo de entrega das declarações.

A antecipação permite que o contribuinte com acesso às informações necessárias se organize e faça o rascunho do documento logo. A medida ainda visa evitar possíveis congestionamentos na rede.

Quem optar por usar a declaração pré-preenchida, com acesso via gov.br a informações que constam na base de dados da **Receita Federal**, terá de esperar até dia 15. Essa modalidade pode agilizar o processo e reduzir a chance de erros, evitando a malha fina.

É responsabilidade de cada cidadão conferir as informações antes de enviar e fazer correções, se for preciso.

Uma das novidades deste ano é a possibilidade de furar a fila das restituições. Quem tiver direito a receber uma parte dos **tributos** pagos no ano passado de volta pode agilizar o pagamento se usar a pré-preenchida ou optar pelo recebimento via Pix.

Prioridades como idosos e pessoas com deficiência ainda têm assegurado o seu direito e recebem nos primeiros lotes.

O objetivo da Receita com a medida é minimizar o risco de equívocos. Isso porque, cada vez que uma declaração apresenta problemas, seja por inconsistência de dados ou por um simples erro na digitação do número da conta bancária, a análise precisa ser feita por um servidor, em vez de por uma máquina. (Letycia Cardoso)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Previc defende nova regra de investimentos



Pena, da Previc: 'A figura da retirada unilateral é bastante controversa'

**Edna Simão De Brasília**

O novo diretor-superintendente da Previc, Ricardo Pena, vai propor uma revisão nas regras de investimentos para que os fundos de pensão possam voltar a fazer compra direta de imóveis e aplicar em segmento de economia de baixo carbono. Essas medidas ainda precisam ser discutidas e levadas para apreciação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em entrevista ao Valor, ele destacou que quer acabar com a chamada "rescisão unilateral do convênio de adesão por iniciativa da entidade" nos casos de falência, liquidação ou extinção. A previsão legal para saída de patrocinador de fundo de pensão continuaria existindo conforme diretrizes previstas em legislação. Uma proposta de mudança de resolução será encaminhada ao Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPc) para pôr um fim ao mecanismo.

"A figura da retirada unilateral é bastante controversa. Tem gente que questiona se há previsão legal para se fazer isso", explicou.

Na avaliação dele, a saída unilateral "atropela" o direito dos participantes. "Se quer deixar de patrocinar o fundo, é necessário cumprir todas as obrigações, constituir reservas", ressaltou.

"Quero resgatar um pouco o direito dos participantes que nos últimos anos foi diminuído e, até mesmo, prejudicado", frisou.

Somente neste ano, a Previc já aprovou seis pedidos de retirada de patrocínio (unilateral) e outros 31 estão em avaliação. "Está acontecendo muito processos de

retirada de patrocínio. Empresas estão saindo do setor. O movimento está ligado sobretudo às empresas elétricas", explicou, acrescentando que houve uma aceleração dos pedidos nos últimos cinco anos e o movimento precisa ser revertido.

Em maio de 2018, o CMN atualizou a norma que trata dos investimentos dos fundos de pensão fechados.

Na ocasião, foi reduzida de 20% para 15% o limite para aplicação em fundos de investimento em participações (FIP) e vetada novas compras diretas de imóveis.

No caso dos investimentos em imóveis, a ideia de Pena é rever essa resolução do CMN que proibiu que os fundos de pensão aplicassem diretamente na compra de empreendimentos.

Na época foi fixado um prazo de 12 anos para que os fundos se desfizessem do estoque, podendo migrar os ativos para fundos imobiliários exclusivos. Os investimentos em imóveis só poderiam ser feitos por meio de veículos como fundos de investimentos imobiliários, Letras de Crédito Imobiliário (LCI) ou Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

Para o executivo, não faz sentido fundos estrangeiros, como canadenses, investirem na compra de participações em shoppings e laje corporativa para diversificarem as carteiras e os brasileiros estarem impedidos. "A ideia é propor essa discussão ao CMN." Outra prioridade é melhorar a regulação para investimentos nos Fundos de Investimento em Participações (FIP), que foram praticamente abandonados após Operação Greenfield, que investigou irregularidades praticadas contra fundos de pensão de grandes estatais - como o Petros (da Petrobras); o Previ (do Banco do Brasil); e o Funcef (da Caixa Econômica Federal).

Como o conceito de FIPs ficou muito "rotulado" com a experiência ruim da Greenfield, muitas das grandes fundações brasileiras vedaram esse tipo de operação. Diante disso, conforme o diretor-superintendente, é preciso melhorar a regulação desses investimentos para quando ocorrer uma queda da taxa de juros reais no país, os fundos tenham essa opção de investimento de maior risco para rebalancear suas carteiras.

Pena ainda falou sobre as críticas à escolha do historiador João Fukunaga para a presidência da Previ. Segundo ele, cabe à Previc apenas verificar se

o nome indicado para cargos em fundos de pensão cumpre requisitos mínimos exigidos pela legislação, o que no caso de Fukunaga foram atendidos. O novo presidente da Previ é alvo de críticas pela falta de experiência na área, conforme noticiado pelo Valor.

"A gente não entra no mérito de julgar a origem dele", frisou.

"A decisão é da entidade e patrocinador, aqui a gente só habilita", disse. "Cumprimos um formalismo legal", acrescentou. Sobre a habitação em três dias do nome de Fukunaga para o cargo pela Previc, ele ressaltou que o prazo médio para avaliação em fundações sistemicamente importante é de cinco dias. O prazo máximo seria de 30 dias.

Pena é auditor da **Receita Federal** e pela segunda vez está no comando da Previc. Ele foi o primeiro diretor-superintendente do órgão, criado em 2009, onde ficou até início de 2011. Ele ainda contribuiu para a criação da Funpresp (Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público), onde foi diretor-presidente por nove anos (dezembro de 2012 a janeiro de 2022). O fundo de previdência dos servidores, que completou dez anos de existência, acumula de R\$ 6 bilhões de patrimônio e 100 mil participantes ativos.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187487>

# Lula quer ampliar multa para salário desigual



**Marianna Holanda e Matheus Teixeira**

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou um projeto de lei que penaliza com multas equivalentes a dez vezes o maior valor pago pelo empregador empresas que pagarem salários maiores para homens do que para mulheres exercendo a mesma função.

A proposta foi anunciada oficialmente durante cerimônia no Palácio do Planalto nesta quarta-feira (8) em alusão ao Dia da Mulher, em que foi apresentado um pacote de medidas. O projeto ainda será analisado pelo Congresso.

O texto prevê que o pagamento da multa à justiça ocorrerá na hipótese de comprovada a discriminação "por motivo de gênero, raça ou etnia", e que o valor será 100% maior no caso de reincidência.

Atualmente, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) já prevê pagamento de multa para casos de remunerações desiguais, mas com algumas diferenças. Primeiro, o texto falava em "sexo e etnia". Segundo, o pagamento da multa tinha um outro cálculo: 50% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de **Previdência Social**, além da própria diferença salarial.

A mudança na lei, além de propor uma multa mais amarga, diz textualmente que é obrigatória remuneração igual a homens e mulheres no mesmo cargo, com as mesmas condições.

" Fizemos questão de colocar a palavra "obrigatoriedade" de cumprir a lei pra que efetivamente no serviço público, nos escritórios, nos bancos, nas lojas, nas fábricas, ninguém ganhe menos apenas pelo fato de ser mulher", disse Lula, durante a cerimônia.

Ao contrário do que prevê a CLT, que garante à empregada discriminada o valor da multa, no texto do governo, o montante vai para o erário. Há, contudo, a

possibilidade do pagamento de indenização por danos morais à empregada.

De acordo com auxiliares palacianos, a multa não ficaria com a mulher por temor de estimular condutas possivelmente simuladas, uma vez que o valor é muito alto. O que poderia também aumentar a judicialização em torno desses temas.

Existe ainda a previsão de o juiz conceder medida liminar, caso fique comprovada a discriminação remuneratória, antes do término do processo.

Além disso, a medida do Lula 3 também determina que empresas com mais de 20 funcionários deverão divulgar relatórios de transparência salarial e remuneratória de homens e mulheres, observando as leis de proteção de dados.

Caso descumpra essa determinação, a empresa pagará multa de cinco vezes o valor do maior salário pago pela empresa.

A proposta foi apresentada pelo governo federal, porque, na prática, a lei não é cumprida. Antes da divulgação do texto, logo após o evento, a ministra Simone Tebet (MDB), do Planejamento, antecipou alguns detalhes sobre o projeto.

"O Congresso Nacional vai deliberar, mas a multa representa, num primeiro momento, dez vezes o maior valor pago na empresa. Isso, ao lado de empregadores que têm mais de 20 empregados, terá de estar ao lado da transparência dessas faixas salariais, para que o Ministério do Trabalho possa ter, através do seu protocolo, capacidade de fiscalização", disse Simone a jornalistas.

A ministra rechaçou a ideia de que a ação possa reduzir a contratação de mulheres, o que chamou de discurso misógino. "Se algum empregador estiver discriminando mulheres, se for fator para que não contrate mulher, não vai faltar empresas séria, responsável, para contratar mulheres".

Tebet fala sobre o assunto porque a ideia foi sua bandeira de campanha à Presidência no ano passado e acabou incorporada pela campanha do petista.

Além do projeto de lei da obrigatoriedade de igualdade salarial, Lula anunciou na cerimônia várias medidas voltadas a mulheres, parte delas antecipada pela Folha.

Dentre as ações, há um edital do programa Organização Produtiva Econômica das Mulheres Rurais, com R\$ 50 milhões de investimento e perspectiva de atender até 20 mil mulheres.

O Banco do Brasil lançará cinco carretas do Agro Mulher para percorrer o país, com crédito diferenciado para mulheres.

A Caixa Econômica Federal, por sua vez, fará o programa Mulheres na Favela, para qualificar mulheres em três laboratórios de inovação social no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. O BNDES lançará o Projeto Garagem, com aceleração de startups lideradas por mulheres.

Lei pode sair pela culatra, dizem especialistas

Thiago Bethônico

O PL (projeto de lei) sobre igualdade salarial entre homens e mulheres que foi apresentado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta quarta (8) não resolverá o problema da disparidade de remuneração e ainda corre o risco de prejudicar as mulheres no mercado de trabalho.

A avaliação é de economistas ouvidos pela Folha, que dizem que o Brasil já possui legislação proibindo a discriminação salarial com base em gênero -a qual não é suficiente para impedir que empresas remunerem melhor homens do que mulheres numa mesma função.

Criar uma lei a mais sobre o assunto é inócuo, dizem os especialistas, que defendem a criação de políticas públicas para combater as causas do problema.

O PL assinado por Lula diz que a igualdade salarial para o exercício da mesma função é obrigatória. Companhias que não cumprirem a regra terão de pagar multa equivalente a dez vezes o maior valor pago pelo empregador.

Para Cecília Machado, professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV e colunista da Folha, o projeto é redundante, dado que o arcabouço legal brasileiro, incluindo Constituição e CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), já proíbe a discriminação.

No entanto, a principal crítica que ela faz é sobre a eficácia. Segundo Machado, esse tipo de legislação já vem sendo discutido há quase 70 anos, com a experiência internacional mostrando que não funciona

"Um dos motivos é que é muito difícil medir

discriminação. Não é porque duas pessoas numa mesma ocupação recebem salários diferentes que isso significa que é discriminação", afirma.

Ela argumenta que as remunerações podem variar por diferenças na formação do trabalhador, na experiência profissional, e na própria função executada -tendo atribuições e responsabilidades distintas, por exemplo.

"As pessoas acumulam inúmeras dimensões que não só a mesma ocupação. Elas acumulam trajetórias diferentes, habilidades diferentes... Mesmo dentro de uma mesma ocupação, elas podem performar de maneira diferente."

Um dos problemas que ela enxerga no projeto de lei apresentado é a possibilidade de que algo bem-intencionado acabe prejudicando as mulheres.

"Se a legislação for encarada ao pé da letra, que é o que nós sempre temos medo no Brasil, pode ser um tiro que sai pela culatra. As firmas, no caso de alguma insegurança jurídica sobre como isso vai ser avaliado, podem preferir não contratar [mulheres]", diz.

Esse foi um dos pontos rechaçados pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. Após evento de divulgação das medidas, ela disse que a ação não vai reduzir a contratação de mulheres, classificando a crítica como misógina.

"Se algum empregador estiver discriminando mulheres, se for fator para que não contrate mulher, não vai faltar empresa séria, responsável, para contratar mulheres", afirmou Tebet.

Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV Ibre, pondera que a possibilidade de o tiro sair pela culatra não envolve apenas empresas que "querem discriminar".

A depender de como a lei será interpretada e aplicada pela Justiça do Trabalho, o risco percebido pelas companhias pode ser um fator desmotivador, ainda que a empresa faça tudo certo.

"Pessoas com a mesma função devem ganhar a mesma coisa. Isso está bem esclarecido, não precisava nem de uma lei nova. A lei nova está criando multas claras, mas isso pode, dependendo da forma como se aplica, mais atrapalhar do que ajudar", diz.

Na avaliação dele, o projeto de lei deixa algumas dúvidas que precisarão ser esclarecidas, principalmente sobre como mensurar o que é uma mesma função.

"Gerentes de uma mesma loja ou de um mesmo banco, mas que trabalham em agências com faturamentos diferentes, devem ganhar o mesmo valor?", questiona. "No fundo, o trabalho não é o mesmo, e a lei precisa especificar esses detalhes", acrescenta.

Machado destaca que a disparidade salarial entre mulheres e homens está ligada a questões específicas de gênero, como a maternidade. Por isso, políticas que busquem equidade deveriam olhar para as causas, não apenas para a consequência.

É o que também pensa Deborah Bizarria, coordenadora de Políticas Públicas do Livres e colunista da Folha.

Para ela, o governo tem boas intenções, mas parte de uma mentalidade "fabril", onde é mais simples de verificar funções iguais e, portanto, punir quem não paga salários iguais.

Na economia moderna, diz, o mercado de trabalho impõe mais dificuldades para verificar desigualdades. As funções não são mais delimitadas como numa fábrica.

O ideal, argumenta Bizarria, é focar na causa da disparidade salarial. "Temos um problema muito sério que é o peso da maternidade sobre as mulheres. São elas que arcam com o custo da licença e da dificuldade de retornar ao mercado de trabalho".

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50210&maxTouch=0&\\_ga=2.129080652.1399432319.1678080940-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50210&maxTouch=0&_ga=2.129080652.1399432319.1678080940-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)**

# Biden quer cortar US\$ 3 tri de déficit subindo impostos

O projeto orçamentário do presidente dos EUA, Joe Biden, para o próximo ano fiscal vai propor uma redução de US\$ 3 trilhões no déficit público nos próximos dez anos.

Para isso, o governo propõe elevar os **impostos** das grandes empresas e de pessoas que ganham mais de US\$ 400 mil por ano.

Essa meta de redução do déficit é significativamente maior do que os US\$ 2 trilhões que Biden havia citado em seu discurso sobre o Estado da União, no mês passado.

Também é um forte contraste com os republicanos da Câmara dos Deputados, que defendem cortes nos programas sociais - **Seguridade Social**, Medicare e Medicaid (os dois seguros-saúde federais) - para reduzir o déficit. Os republicanos ainda não apresentaram sua contraproposta orçamentária.

"O orçamento do presidente, que divulgaremos amanhã [hoje], reduzirá o déficit em quase US\$ 3 trilhões nos próximos 10 anos", disse a secretária de imprensa da Casa Branca, Karine Jean-Pierre. Biden apresentará seu orçamento em um evento na Filadélfia.

A Casa Branca informou que a proposta do presidente se concentrará em quatro temas: expansão da economia, redução de custos, redução do déficit e proteção da **Seguridade Social** e do Medicare.

Biden, em seu discurso sobre o Estado da União, disse que atingiria as metas de cortar o déficit e aumentar a solvência dos programas sociais sem cortar benefícios ou subir os **impostos** sobre os americanos que ganham menos de US\$ 400 mil por ano.

Taxar os ricos e as grandes empresas, mantendo os programas sociais, tem amplo apoio popular, segundo indicam pesquisas nos EUA. Aumentar esses **impostos** pode ajudar a resolver problemas fundamentais na economia dos EUA, dizem os assessores de Biden.

"Temos um problema fundamental com nosso sistema tributário, que não suporta os tipos de investimentos e compromissos que o povo americano exige, deseja e

espera. E isso ocorre principalmente porque os republicanos continuam cortando **impostos** repetidamente, principalmente para os mais ricos e para as grandes corporações", disse Michael Linden, do Escritório de Administração e Orçamento da Casa Branca.

O plano orçamentário de Biden enfrentará críticas da oposição republicana e é improvável que passe pela Câmara, mas servirá como ponto de partida para as negociações sobre o teto da dívida e o gasto público com os republicanos.

Nem o plano de Biden nem o que quer que os republicanos venham a propor têm chance de se concretizar, com os níveis de gastos do próximo ano exigindo concessões.

O abismo entre eles também ressalta os desafios substanciais que os EUA enfrentam para evitar um default no terceiro trimestre ou uma paralisação do governo federal - conhecido como shutdown - no quarto trimestre.

Embora os mercados até agora tenham ignorado as preocupações, o presidente do Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA), Jay Powell, alertou na terça-feira sobre os perigos de um default durante sessão no Congresso, enquanto a Fitch Ratings disse que o impasse pode levar a um rebaixamento da dívida soberana dos EUA.

A proposta orçamentária da Casa Branca representará efetivamente a oferta inicial dos democratas aos republicanos sobre como financiar o governo no próximo ano. Biden também poderá usar seu plano orçamentário como ponto de partida para uma candidatura à reeleição em 2024 se, como esperado, ele decidir buscar outro mandato na Casa Branca.

O documento pode destacar programas que ele pode apresentar aos eleitores durante a campanha.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187487?page=1&section=1>

# Reforma política por mais presença das mulheres

*Por Débora Thomé e Malu Gatto*

Adoraríamos começar este texto mencionando estratégias fáceis para aumentar o número de mulheres na política. As pesquisas, entretanto, mostram resultados bastante enfáticos. Só há uma saída para que mais candidatas sejam eleitas no Brasil: a mudança das regras eleitorais combinada à melhoria das que já existem.

Março é sempre um mês de reflexões sobre as mulheres e sua ausência de poder, com conversas e palestras para discutir estratégias que reduzam as brechas de gênero quando se trata de ocupar cargos de decisão.

No Brasil, as mulheres ocupam apenas 17,7% das cadeiras do Congresso. Mesmo depois de 30 anos de cotas, que reservam 30% das candidaturas, estamos, nesse aspecto, na lanterna da América Latina.

Diante desse cenário e de outras hipóteses - como a dupla jornada de trabalho - mostrarem-se insuficientes para explicar a lacuna, fizemos um levantamento para identificar o que nos deixa tão aquém na comparação. A pesquisa +Representatividade - Reformas Políticas, que desenvolvemos para o Instituto Update, mapeou dificuldades e oportunidades impostas pelas regras eleitorais para a presença maior de mulheres na política.

Comparada aos outros países latino-americanos, a cota brasileira tem problemas no desenho. Mesmo que o sistema proporcional favoreça mais mulheres eleitas, o fato de termos a lista aberta dificulta a eficiência da regra. Faltam ainda mecanismos que garantam a competitividade das candidaturas femininas, como no Chile, ou leis que exijam o cumprimento estrito das regras, como no México. O Brasil também está atrasado na proporção de candidaturas que reserva: muitos países da região - como Argentina, Costa Rica e Bolívia - já têm leis de paridade, definindo que 50% das candidatas devem ser mulheres.

Partindo desse mapeamento, fomos buscar como o Congresso brasileiro lidou com a possibilidade de fortalecimento das regras eleitorais, realizando um levantamento desde 1999. Durante o período, foram apresentados 140 projetos de lei relacionados à representação política dos grupos marginalizados. A

maior parte (65,7%) abordava as mulheres.

Dessas 140 propostas, podemos categorizar três como de baixo impacto, 19 como de médio impacto e 107 com potencial para alto impacto positivo. Do total, nove foram aprovadas. Entre as de alto impacto, apenas quatro (3,7%). É muita energia usada em novos projetos - a maioria em tramitação - que não conseguem concluir seu ciclo, consumindo esforços do Legislativo sem efetivar a mudança.

Esse levantamento, assim como as análises em profundidade dos casos do Brasil, do Chile e da Costa Rica, nos permite identificar alguns pontos. Um deles é que as mudanças nas regras que beneficiem as mulheres só têm chance de sucesso dentro de outras grandes reformas. Os deputados homens podem votar contra si mesmos, mas fazem isso enfraquecendo o desenho das reformas políticas. Os projetos precisam contar com o apoio suprapartidário. Deve ser uma agenda de muitos, e não apenas de mulheres ou da esquerda.

Em outra frente, entrevistas com atores da sociedade civil indicaram ser necessário que organizações feministas incorporem essa agenda e a tornem prioritária. A judicialização, que tem sido o caminho preferido de atuação, não necessariamente é o melhor no médio prazo.

Se queremos chegar mais perto da paridade política, algumas correções de rumo precisam ser feitas: garantir que mulheres recebam a parte do Fundo de Campanha a que têm direito, expandir o escopo das cotas de gênero, incluindo as eleições majoritárias, e punir os partidos que não cumprem as cotas em seus cargos de liderança.

Já sabemos que as mulheres estão bastante preparadas; portanto o problema se encontra muito mais nas regras do jogo, que continuam mantendo seu viés de gênero e prejudicando a entrada de mais e diversas mulheres na política institucional. Se não priorizarmos uma **reforma política** sólida nesta legislatura, a cada março, por décadas, continuaremos ainda voltando a este assunto.

\*Débora Thomé é pesquisadora do Cepesp/FGV e coordenadora da pesquisa +Representatividade - Reformas Políticas, do Instituto Update, Malu Gatto é

professora da UCL-Londres e coordenadora da pesquisa +Representatividade - Reformas Políticas, do Instituto Update

**Notícias Relacionadas:**

O GLOBO - RJ

**Reforma política** por mais presença das mulheres

**Site:**

***<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/03/reforma-politica-por-mais-presenca-das-mulheres.ghtml>***

# Planalto oferece cargos de 2º escalão para barrar CPI sobre atos golpistas

VERA ROSA LEVY TELES BRASÍLIA

O Palácio do Planalto deflagrou uma operação para convencer deputados e senadores a retirar assinaturas do requerimento que pede a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro. A ofensiva inclui oferta de nomeações para cargos de segundo escalão nos Estados, como diretorias do Banco do Nordeste (BNB), além de superintendências da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

O governo também pressiona ministros de partidos aliados, principalmente do União Brasil, para ajudar na missão "abafa CPI". Há três dias, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu manter o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, apesar das acusações contra ele, avisou que exigiria apoio no Congresso.

Na avaliação do Planalto, criar uma comissão parlamentar agora atrapalharia votações importantes, como a da nova âncora fiscal e a da **reforma tributária**. "CPIs mobilizadas por quem passou pano nos atos terroristas não são os melhores instrumentos para fazer apuração", disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Nós estamos indo atrás de quem financiou a tentativa de golpe de Estado." Autor do pedido de investigação dos atos do dia 8, o deputado André Fernandes (PL-CE) afirmou que três colegas - Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ), Célio Silveira (MDB-GO) e Pastor Gil (PL-mA) - retiraram as assinaturas do requerimento. "Eles estão retirando, mas a gente está colocando mais", minimizou. Fernandes disse que outros cinco deputados - Milton Vieira (Republicanos-SP), Luiz Nishimori (PSD-PR), Junior Lourenço (PL-MA), Celso Russomanno (Republicanos-SP) e Luciano Vieira (PL-RJ) - aderiram. Hoje, o requerimento tem apoio de 191 deputados e 35 senadores.

Na sessão de ontem na Câmara, Fernandes reproduziu um áudio antigo de Lula defendendo CPIs. As discussões foram acaloradas. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), protestou e houve bate-boca. Miguel Ângelo (PT-PR) afirmou ter sido agredido pelo colega José Medeiros (PL-Mt). "Ele me empurrou e pisou no meu pé", acusou. "Estávamos próximos. Se pisei, peço desculpas", respondeu

Medeiros.

Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Fernandes está na mira da Procuradoria-Geral da República, que pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito para investigar sua participação em convocações para invadir a Corte, o Planalto e o Congresso.

FATURA. Lula deixou a distribuição de cargos de segundo escalão para março e abril justamente para avaliar o tamanho de cada força política no Congresso. No mês passado, por exemplo, o governo entrou em campo para ajudar a reeleger o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na disputa contra o bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN). Agora, age para que deputados e senadores retirem assinaturas da CPMI, acompanha quem dará as cartas nas comissões da Câmara e do Senado e monitora o painel de votações.

A fatura, porém, é cada vez mais cobrada por partidos que, mesmo tendo ministérios, prometem independência na relação com o Planalto. "Fomos nós que entregamos a PEC da Transição ao governo. Se tem alguém devendo algo, é o governo a nós, não o contrário", afirmou o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA). O deputado foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitiu a Lula aumentar gastos para pagamento de despesas, como o novo Bolsa Família.

CENTRÃO. O União Brasil controla os ministérios das Comunicações, do Turismo e da Integração. Juscelino Filho ganhou sobrevida após Lula ter sido informado de que sua demissão tinha potencial para unificar o Centrão contra o governo. Como mostrou o Estadão, o ministro usou avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e diárias pagas com dinheiro público, em janeiro, para uma viagem a São Paulo, na qual passou a maior parte do tempo em compromissos particulares, como leilões de cavalos.

Dos 59 deputados do União Brasil, 28 foram favoráveis à criação da CPMI. Até agora, só um parlamentar da legenda -que tem a terceira maior bancada na Câmara - removeu o nome do requerimento. Doze congressistas do MDB e outros oito do PSD endossaram o pedido. Os dois partidos integram a base e, a exemplo do União Brasil,

comandam três pastas cada.

"Estou trabalhando para que aliados retirem as assinaturas, sim. Quem é governo não pode querer essa CPI", argumentou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Para que a CPMI seja instalada é necessário o apoio de 171 deputados e 27 senadores.

O Estadão apurou que a presidência da Codevasf continuará sob controle do engenheiro Marcelo Moreira, aliado do líder do União Brasil. A empresa ficou conhecida por servir como duto das emendas do orçamento secreto. Superintendências do Dnocs são disputadas por Avante, União Brasil e PP. Mesmo tendo integrantes de seu grupo no governo, Elmar disse que os votos da sigla de penderão do tema das votações.

"Se for tratar de imposto, não vou votar. **Reforma tributária**, desde que não aumente imposto, a gente vota. Quer tratar reforma administrativa? A gente vota. Quer tratar invasão de terra? Vamos ser contra", avisou. Elmar declarou, ainda, que não pedirá para quem assinou o requerimento da CPMI voltar atrás. "Manteremos a postura independente." O deputado Sanderson (PL-RS) disse ter ouvido uma tentativa de suborno do governo para enterrar a CPMI. Não apresentou provas, mas, mesmo assim, publicou a denúncia nas redes sociais. "Ouvi, da boca de um deputado que recebeu a mensagem de um emissário de Lula, que quem retirar a assinatura terá R\$ 60 milhões de emendas RP-2", afirmou Sanderson ao Estadão. Questionado pelo deputado Padovani (União Brasil-PR), Padilha disse se tratar de "fake news".

"Quem falou isso para o deputado Sanderson mentiu", afirmou o titular das Relações Institucionais. O Planalto avalia que bolsonaristas insistem na CPMI para pressionar pela libertação dos presos após as ações de vandalismo.

"Vamos abrir essa CPMI e deixar a verdade aparecer. Por que o medo?", perguntou a deputada Bia Kicis (PL-DF). Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) disse não estar preocupado com a queda de braço. "Sou vítima e não tenho motivo para ter medo. Mas isso só pode ser para a oposição ter um palanque."

Adesão Até agora, pedido de criação da CPMI tem o apoio de 191 deputados e de 35 senadores

.....  
**Embate**



**“CPIs  
mobilizadas  
por quem  
passou  
pano nos  
atos terroristas não  
são os melhores  
instrumentos”**

**Alexandre Padilha**  
Ministro das Relações  
Institucionais



**“Eles  
estão  
retirando  
(apoios),  
mas a gente está  
colocando mais”**

**André Fernandes (PL-CE)**  
Deputado



**“Fomos  
nós que  
entregamos  
a PEC da  
Transição  
ao governo. Se tem  
alguém devendo algo,  
é o governo a nós, não  
o contrário”**

**Elmar Nascimento (BA)**  
Líder do União Brasil na  
Câmara



**“Vamos  
abrir essa  
CPMI. Por  
que o medo?”**

**Bia Kicis (PL-DF)**  
Deputada

# Deputados rejeitam reforma tributária do governo Boric

A Câmara dos Deputados do Chile rejeitou ontem a ambiciosa **reforma tributária** apresentada pelo governo de Gabriel Boric, uma de suas promessas de campanha que buscava arrecadar 3,6% do **PIB** em quatro anos.

O plenário rejeitou por pouca margem a iniciativa, que não atingiu o mínimo de 78 votos para avançar, contando com 73 votos a favor, 71 contra e 3 abstenções, com um total de oito parlamentares que não compareceram para votar, incluindo vários do grupo governista que apoia o presidente.

Em declarações à imprensa, após saber da decisão, o ministro das Finanças, Mario Marcel, destacou que se trata de "uma notícia muito ruim" para os aposentados e mulheres, uma vez que as vias para financiar melhores condições sociais estão fechadas.

O projeto de lei, fundamental para o financiar o programa do governo, incluía a reestruturação do imposto de renda, a redução de isenções fiscais, a aplicação de um novo royalty da mineração e correções tributárias que visam promover a preservação do meio ambiente, além de outras medidas de caráter social.

Com esse resultado, o projeto encerra sua tramitação e o governo não poderá apresentar iniciativas semelhantes pelo prazo de um ano na Câmara, embora possa insistir em avançar o tema no Senado - onde também não tem maioria -, introduzindo algumas mudanças.

A arrecadação de **impostos** no Chile representou 19,3% do **PIB** em 2020, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, bem abaixo da média da América Latina, de 21,9%. Segundo seus cálculos, a reforma obrigaria "3% da população" a pagar mais **impostos** em um país com os maiores índices de desigualdade da OCDE. efe

# Prefeitos apostam em aumento de arrecadação com reforma tributária

**ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA**

A **reforma tributária** irá aumentar a arrecadação dos municípios e proporcionar uma distribuição mais igualitária dos recursos entre as prefeituras, avalia o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Ele afirma que o apoio da entidade à proposta está condicionado a alguns pontos que foram apresentados ao governo - sendo que, segundo ele, praticamente todos já foram incorporados no último relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110. Esse modelo estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual: um que reúne os **impostos** federais e outro que unifica o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

Os novos **tributos** seriam chamados, respectivamente, de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

"Vamos aguardar o conteúdo da proposta para dizer se vamos apoiar, mas estamos fazendo sugestões para tentar construir um apoio à reforma, porque a gente entende que ela é necessária e importante para a própria estrutura da gestão pública do Brasil. E, seguramente, vai haver aumento de arrecadação para os municípios", afirma Ziulkoski. No ano passado, a arrecadação do ISS foi de R\$ 101 bilhões.

Ele está acompanhando de perto as tratativas da proposta.

Só ontem, ele se reuniu com o secretário extraordinário para a **reforma tributária**, Bernard Appy; com o relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); e com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Ziulkoski afirma que um ponto inegociável para a CNM é a mudança da incidência do tributo de consumo da origem - o local do estabelecimento - para o destino, onde está o consumidor.

Segundo a confederação, essa mudança vai corrigir distorções tributárias e proporcionar uma redistribuição da arrecadação, hoje muito concentrada em grandes centros urbanos, como São Paulo. "Tem município que tem uma arrecadação per capita gigantesca, que tem

de ser redistribuída. Vai ter mais justiça tributária, disso não há dúvida", afirma. "Além disso, o período de transição é muito lento, e isso dá mais tranquilidade.

Por 20 anos, ninguém vai perder nada." Pelo texto da PEC 110, a distribuição do novo tributo, o IBS, seguirá a seguinte regra: 60% repartido por critérios populacionais, 35% de acordo com regras estaduais e 5% por cota igualitária entre os municípios.

A CNM também defende uma gestão paritária do IBS entre Estados e municípios no Conselho Federativo, que ficará responsável pela operacionalização do imposto, além da autonomia para que os municípios definam suas próprias alíquotas no IBS.

Ele afirma que, apesar de as discussões sobre a reforma se arrastarem por décadas, agora há vontade política para levar a proposta adiante.

"Vejo que o momento é ímpar para aprovar pela primeira vez uma **reforma tributária**, porque está havendo um alinhamento principalmente na federação.

O governo está interessado, o que é importantíssimo", diz ele, que defende o papel dos municípios nas discussões. "O município é um ente da federação e nós, aos poucos, estamos tentamos nos impor como um ente que está na Constituição, e não um ente subserviente."

FNP.

Ziulkoski diz que a CNM tem um posicionamento divergente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que é contra a unificação de **impostos** e defende a manutenção do ISS da forma que é hoje.

A FNP defende a PEC 46, protocolada pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), chamada de "Simplifica Já". Ela propõe a simplificação das regras tributárias, mas sem unificação de **impostos** federais, estaduais e municipais.

Na terça-feira, porém, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da FNP, Edvaldo Nogueira, admitiu que, com maior presença no debate, os municípios poderão encontrar uma solução a partir das PECs 110 e 45.

Pontos-chave

O que a CNM defende para apoiar a **reforma tributária**

Cobrança

Cobrança do IBS no destino (do consumidor) e não na origem (do estabelecimento)

Igualdade

Gestão paritária do IBS entre Estados e municípios

Alíquotas

Autonomia para que os municípios definam suas próprias alíquotas no IBS

Passagem

Transição lenta para o novo IBS

Fundo regional

Participação dos municípios na distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, proporcional à contribuição

Imposto seletivo

Participação dos municípios na distribuição da arrecadação do imposto sobre cigarro e bebida alcoólica

Imóveis

Atualização do IPTU a cada quatro anos

**Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Revisão pode elevar PIB em 12% em 15 anos, diz Appy

**ANTONIO TEMÓTEO e IANDER PORCELLA**

O secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou ontem que a aprovação de uma proposta pelo Congresso tem potencial de aumentar o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 12% em 15 anos, em um "cenário conservador".

Appy também declarou que o efeito da **reforma tributária** sobre finanças de Estados e municípios é muito diluído ao longo do tempo e que eles terão autonomia para fixar sua alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). "A alíquota do IVA dos entes federativos pode ser maior ou menor que a alíquota de referência. Os entes teriam de aprovar nas assembleias aumento ou diminuição da alíquota do IVA", disse.

O secretário também afirmou que as convergências entre as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110 são muito maiores que as divergências.

Segundo Appy, a maior diferença é que a PEC 45 prevê a criação de um tributo que reúne cinco **impostos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) e a 110 determina a criação de um IVA dual. De acordo com ele, as duas mantêm os benefícios para a Zona Franca de Manaus.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# PL leva comissão para fiscalizar Planalto após acordo com Lira



Negociação. O presidente da Câmara, Arthur Lira, ontem durante sessão: comissões permanentes foram definidas

**BRUNO GÓES E GABRIEL SABÓIA**  
*política@oglobo.com.br* BRASÍLIA

Cobiçada pelos petistas, a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara será comandada pelo PL, de Jair Bolsonaro -a sigla deve indicar a bolsonarista Bia Kicis (DF) para a chefia. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP), confirmou o acordo para que o colegiado fique com o partido em contrapartida à escolha do PT por controlar a Comissão de Comissão de Justiça (CCJ) no primeiro ano de governo. No lado petista, a tendência é que o posto seja destinado a Rui Falcão (SP). No Senado, a escolha dos presidentes de comissões excluiu opositoristas do comando.

A confirmação de que a Comissão de Fiscalização e Controle ficará com os bolsonaristas representa uma derrota aos petistas: na última semana, diante das notícias de que o chefe da inteligência da **Receita Federal** no início do governo Bolsonaro, Ricardo Pereira Feitosa, acessou e copiou dados fiscais sigilosos de opositores do ex-presidente, a comissão se tornou prioridade para os petistas. É por meio dela, por exemplo, que a Câmara pode fazer requerimentos de informações ou convocar nomes ligados a investigações para depor. Na prática, os petistas perdem parte do poder de investigar a gestão Bolsonaro.

Outra comissão que era almejada tanto por petistas, quanto por bolsonaristas, a de Finanças e Tributação, ficará com o União Brasil. Partido de Lira, o PP reduziu os pedidos nos últimos dias: a legenda pleiteava as

comissões de Saúde e Transportes. Entretanto, a expectativa é de que fique com a Saúde e opte, em sua segunda pedido, pela Defesa do Consumidor.

Lira ainda tenta alinhar o destino de oito das 30 comissões. Algumas ainda são alvos de disputa entre partidos, como as de Meio Ambiente e Cultura. O colegiado de Minas e Energia é alvo de disputa entre PSD e União Brasil.

Já no Senado, foram eleitos ontem 13 presidentes de comissões permanentes, em processo marcado pela exclusão da oposição do comando dos colegiados. Em movimento articulado pelos aliados do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSDMG), PP, PL, Republicanos e Novo, que formam um bloco, ficaram sem nenhuma presidência.

O movimento foi visto como uma retaliação pela tentativa de de Rogério Marinho (PL-RN) se eleger presidente da Casa em fevereiro.

Reconduzido, Davi Alcolumbre (União-AP) estará à frente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante. Ele terá o desafio, além de apaziguar a relação com os adversários, de formar **consensos em relação à nova âncora fiscal e à reforma tributária**.

No mesmo colegiado, estará Sergio Moro (União-PR).

-Se a gente buscar um diálogo e um entendimento, a gente vai conseguir fazer a comissão funcionar, mas atender a agenda deles também - disse Alcolumbre.

A Casa só não elegeu o comando da Comissão Senado do Futuro, que promove discussões sobre grandes temas e as perspectivas de futuro do país, mas será rebatizada para virar um grupo de defesa da democracia. A indicada deve ser Eliziane Gama (PSD-MA).

**OPOSIÇÃO RECLAMA** A oposição demonstrou contrariedade com a decisão da maioria de excluir os opositoristas, que formam bloco de 23 senadores. Em todas as eleições, os adversários de Pacheco orientaram pela abstenção, com a justificativa de que não havia concordância com a forma de escolha. Eles argumentam que Pacheco e aliados desrespeitaram a regra da proporcionalidade.

Já os vencedores afirmam que a proporcionalidade não foi seguida na disputa pela presidência da Casa -o PSD possui a maior bancada, com 16 senadores. Por isso, não havia acordo para liberar espaço aos opositoristas no comando de comissões.

-Hoje o nosso bloco é o terceiro maior bloco, o que garantiria o direito a quatro comissões. Como representante do bloco, informo que vamos nos abster de votar por entender que ela não está respeitando a proporcionalidade -discursou a líder do bloco de oposição, Tereza Cristina (PP).

Jaques Wagner rebate presidente da Câmara

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), rebateu o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e afirmou que Planalto tem uma base "consolidada" na Casa, com pelo menos 50 parlamentares.

Lira disse na segunda-feira que o governo "não tem hoje uma base consistente".

- Essa é uma opinião dele, eu respeito como presidente da Casa, mas na hora que a gente for votar uma matéria é que a gente vai conferir. A gente tem aqui no Senado uma coisa consolidada, não vejo problema aqui - disse Wagner.

Num evento na Associação Comercial de São Paulo, Lira afirmou que o governo precisará de um tempo para se "estabilizar internamente": Jaques Wagner pondera que não há "linearidade" no apoio ao governo e que a adesão oscila segundo a proposta.

- São mais de 50 senadores na base.

Mas o que estou falando é que tudo depende da matéria. Essa linearidade não existe.

(Jeniffer Gularte e Bruno Góes)

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Appy defende que "cashback" seja regulado por lei complementar

O secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, defendeu que a proposta de emenda constitucional (PEC) aprove apenas o conceito do "cashback" (devolução) dos **impostos** para os mais pobres, mas deixe os detalhes de como isso funcionará para a lei complementar que regulamentará o assunto.

Para Appy, esse modelo é mais eficiente para distribuição de renda do que desonerar os produtos da cesta básica, que beneficia ricos e pobres. "Tem que ser decidido politicamente pelo Parlamento para quem você vai devolver o imposto", disse, em audiência pública no grupo de trabalho da Câmara sobre a reforma.

"O Parlamento é quem vai calibrar.

Pode decidir devolver para 30% ou para 70% da população, depende vocês [deputados]." O economista destacou ainda que é possível fazer esse sistema de devolução de **impostos** com base na nota fiscal e no CPF da pessoa na hora da compra. "No Rio Grande do Sul, já tem modelo que começou devolvendo valor fixo por família e agora está migrando para devolução por CPF", afirmou. Em locais específicos, onde não houver acesso à internet ou informatização, pode-se pensar num sistema de transferência direta de renda, ressaltou.

O deputado Ivan Valente (Psol- SP) discordou dessa estratégia de aprovar apenas o "conceito" na PEC. "Não dá para deixar para a regulamentação em lei complementar.

Regulamentação de lei no Congresso Nacional leva anos as vezes, depende de grupo de pressão", afirmou.

Relator da reforma, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou que ainda não adiantou nada sobre como funcionará o "cashback" porque ainda não há nada definido. "Quem será atingido por esse benefício é algo que será discutido profundamente por este grupo", disse.

O debate ocorreu durante audiência pública no grupo de trabalho nessa quarta-feira com Appy e os relatores das PECs 45 e 110 para explicar aos deputados do colegiado as propostas. Ambas unificam PIS, Cofins,

IPI, ICMS e ISS em um imposto sobre valor adicionado (IVA) - a divergência é se ele será único ou dual (um federal e outro estadual e municipal).

As projeções do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), em que Appy trabalhava antes de migrar para o governo, apontavam que a alíquota do IVA seria de 25% para manter a neutralidade do sistema (mesma arrecadação atual), mas o economista evitou comentar ontem qual será o percentual.

Segundo ele, essa será uma decisão para a lei complementar e que dependerá das exceções aprovadas à regra geral. Garantiu, porém, que não haverá aumento da carga tributária atual.

Com 3 dos 12 integrantes do grupo de trabalho eleitos pelo Amazonas, o tratamento que será dado à Zona Franca de Manaus foi questionado pelo deputado Saulo Vianna (União-AM). Appy respondeu que o ministério está se debruçando em uma forma de aprimorar o mecanismo e que as empresas não serão prejudicadas. "Isso está sendo construído e não posso antecipar porque ainda está sendo estudado. Mas por que não construir modelo que permita explorar outras atividades econômicas, não só a indústria, como serviços?", sugeriu.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187487?page=1&section=1>

# Tarcísio se empenhará para aprovar reforma tributária neste ano



Jorge Lima: "Perdemos muitas empresas nos últimos anos. Já fomos 36% do PIB industrial e agora somos 28%, 30%"

**Cristiane Agostine De São Paulo**

Ex-assessor especial de Paulo Guedes e atual secretário estadual de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Jorge Lima disse que o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), deve se empenhar para aprovar a reforma tributária ainda neste ano.

"O foco é na reforma tributária, ajudar a aprová-la", disse Lima.

Na avaliação do governo paulista, é "fundamental" aprovar as mudanças no sistema tributário no primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Depois, o governo perde força", afirmou.

O secretário defendeu que a reforma seja aprovada ainda que parcialmente, por "fases", pelo Congresso. Para a gestão paulista, a proposta deve combater a guerra fiscal entre os Estados e poderá ajudar São Paulo a atrair empresas e investimentos.

"Perdemos muitas empresas nos últimos anos. Já fomos 36% do PIB industrial e agora somos 28%, 30%", disse.

Lima ressaltou a "relação republicana" que o governador tem com o presidente Lula e afirmou que o diálogo deve ser mantido.

Ex-ministro da Infraestrutura do governo Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio foi eleito com o apoio do ex-presidente.

"Tarcísio tem a identidade própria dele", disse o secretário, afirmando em seguida que o governador

não deve repetir os embates que Bolsonaro teve com o ex-governador João Doria.

A expectativa do governo Lula é que a oposição não dificulte a aprovação da reforma. O vice-presidente da República e ministro de Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), disse que as mudanças tributárias devem avançar no governo Lula e afirmou que a proposta poderá ser aprovada ao menos no primeiro turno até junho.

"Estou muito confiante de que a reforma tributária vai andar.

Essa é reforma que faz o PIB crescer e traz eficiência econômica", disse Alckmin, em entrevista ao jornalista Pedro Bial, da TV Globo, em programa exibido na madrugada dessa quarta-feira (8).

"Por que agora acho que vai?"

Lula lidera esse trabalho, empenhado, [Fernando] Haddad é convicto de que é necessário. A oposição, que poderia dificultar, é mais liberal. Em tese, vai ajudar.

O presidente da Câmara e do Senado declararam que vão se empenhar", afirmou o vice-presidente.

"Não pode perder o primeiro ano. Se possível, no primeiro semestre já tem que votar no primeiro turno. É a lua de mel, não pode perder essa força do voto", disse Alckmin. "Tem que ser rápido, ter sentido de urgência." Em São Paulo, o governo paulista reduziu no fim de fevereiro o ICMS para diversos setores até 31 de dezembro de 2024, em uma tentativa de minimizar a guerra fiscal até a aprovação da reforma tributária no Congresso.

A medida representa uma renúncia fiscal de R\$ 850 milhões.

O secretário de Desenvolvimento Econômico disse que os decretos de desoneração fazem parte de medidas para tentar aumentar os investimentos e reindustrializar o Estado. Outra medida estudada pelo governo é a revisão da política de substituição tributária.

Nos próximos dias, o governo paulista deve anunciar

uma parceria com a Fiesp para debater política industrial e medidas para áreas como energia, infraestrutura, capacitação profissional, área tributária e crédito. Será criado um conselho com a Fiesp, Ciesp e empresários convidados pelo governo.

A gestão anunciou ainda a criação de 16 coalizões empresariais no Estado, uma em cada região administrativa, para fazer parcerias com o setor produtivo e tentar ampliar a participação de municípios do interior no **PIB** paulista.

A primeira coalizão foi montada em Ribeirão Preto, em janeiro.

Os grupos devem elaborar propostas de fomento às economias locais, para atrair investidores.

Ex-assessor de Paulo Guedes, Lima disse que não há definição sobre o papel que o ex-ministro da Economia poderá ter no governo.

O secretário afirmou que a ideia é que o ex-ministro participe de uma espécie de "think tank" da gestão, junto com outros economistas. Guedes ainda não participa do governo.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187487?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187487?page=1&section=1)**

# Jair Renan ganha cargo no Senado em gabinete de ex-auxiliar do pai



LECO VIANA/THENEWS2/26-08-2022

**Indicado.** Jair Renan atuará em gabinete de senador catarinense bolsonarista

**FERNANDA ALVES E GABRIEL SABÓIA**  
*politica@oglobo.com.br* RIO E BRASÍLIA

O filho "04" do ex-presidente Jair Bolsonaro, Jair Renan, foi nomeado para um cargo no Senado. Ele vai trabalhar no gabinete do ex-secretário da Pesca no governo do pai, o senador Jorge Seif (PL-SC), e terá um salário de aproximadamente R\$ 9,5 mil -o valor líquido da remuneração para o posto é de R\$ 7,7 mil. A nomeação de Renan foi publicada ontem no Diário Oficial.

O quarto filho de Bolsonaro atua como influenciador nas redes sociais e, desde o início do ano, tem viajado por diversos estados do país.

O último destino foi Santa Catarina, de onde publicou um post na praia na última terça-feira.

Jorge Seif, enquanto titular da Secretaria de Aquicultura e Pesca, foi alvo de críticas por uma viagem junto a integrantes do antigo governo de Bolsonaro a Dubai. De acordo com o ex-secretário, a viagem foi um "trabalho-passeio", que tinha como o intuito promover o turismo no Brasil.

A mulher do senador, Catiane Seif, foi empossada como secretária-adjunta de Turismo na administração de Jorginho Mello, governador de Santa Catarina, também aliado do ex-presidente.

**ORIENTAÇÃO DE BOLSONARO** O ex-presidente Jair Bolsonaro mantém contato e tem dado orientações aos deputados do PL, seu partido, na temporada que está passando nos Estados Unidos. Na maior parte das vezes, Bolsonaro procura os correligionários para tratar sobre pautas de costumes. Na semana retrasada, porém, entrou em ação para pedir que os parlamentares se mobilizassem contra o aumento de preço dos combustíveis implementado pelo atual governo.

O líder do PL na Casa, deputado Altineu Côrtes (RJ), afirma que os contatos de Bolsonaro são feitos diretamente com os integrantes da bancada, sem passar pela liderança.

Como revelou a colunista do GLOBO Bela Megale, o ex-titular do Palácio do Planalto também passou a articular sua tropa para botar de pé uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar responsabilidades a respeito dos ataques do dia 8 de janeiro. O plano é tentar implicar autoridades federais por omissão: - A distância é só física.

Muitos deputados falam com Bolsonaro por telefone semanalmente. O Valdemar Costa Neto, presidente do partido, também fala com ele toda semana. Eu não tenho tido contato com ele, falo mais com o (senador) Flávio e (deputado) Eduardo.

De acordo com Côrtes, o ex-presidente divide as orientações.

Costuma acionar Flávio para levar questões relacionadas ao partido e ao Senado e Eduardo quando precisa tratar de temas relativos à Câmara.

-Com o Flávio, debatemos os assuntos do partido; com Eduardo, da Câmara. As opiniões do Bolsonaro sobre a bancada se concentram sobre as pautas de costume, mas, recentemente, os aumentos dos combustíveis e a volta dos **impostos** pautaram as conversas dele -resume Altineu Côrtes.

A permanência de Bolsonaro nos EUA, longe do dia a dia da política nacional, tem gerado críticas de aliados, que cobram a presença do ex-presidente para engrossar a oposição ao presidente Lula. Ontem, Flávio chegou a publicar nas redes sociais que o pai

voltaria ao Brasil neste mês: "Bolsonaro vem aí".  
Minutos depois, ele apagou a postagem.

Questionado se a distância física mantida por  
Bolsonaro não irrita a bancada, Côrtes disse apenas  
acreditar que ele retornará até o final de março.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Seminário debate perspectivas para PIB em 2023

*I VINICIUS NEDER/RIO*

Os desafios para acelerar o crescimento do **PIB** neste ano serão debatidos hoje em seminário organizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) em parceria com o Estadão.

Participam do encontro a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, publicação mensal do FGV Ibre, e os pesquisadores José Júlio Senna e Armando Castelar.

A mediação dos debates ficará a cargo da jornalista Adriana Fernandes, do Estadão.

A equipe de economistas do FGV Ibre estima crescimento de apenas 0,3% para o **PIB** neste ano. Segundo Silvia Matos, o "aumento marginal" na estimativa (que antes era de 0,2%) se deveu à dinâmica dos serviços públicos. Ela ressalta, porém, que esse fator isoladamente será insuficiente para puxar a economia como um todo.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Saiba o que muda nas regras do Regime de Recuperação Fiscal

**SELMA SCHMIDT** [selma@oglobo.com.br](mailto:selma@oglobo.com.br)

O governador do Rio, Cláudio Castro, começou a negociar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a revisão de cláusulas do novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), alegando perdas na arrecadação com a redução da alíquota do ICMS dos combustíveis, que, de acordo com cálculos do estado, chegaram a R\$ 3,2 bilhões em 2022. Para este ano, a estimativa é de que não entrem nos cofres públicos entre R\$ 9 bilhões e R\$ 10 bilhões.

Saiba mais sobre o Regime de Recuperação Fiscal do Rio e suas regras: O que é o Regime de Recuperação Fiscal?

Instituído por lei, o RRF permite que estados e municípios em situação de desequilíbrio fiscal tenham benefícios, com o objetivo de equilibrar suas contas. Prevê, por exemplo, a suspensão ou o alongamento do pagamento de suas dívidas com a União e que têm o governo federal como avalista. Como contrapartida, o ente federativo beneficiado deve atingir metas e cumprir regras, entre elas, a de não realizar concurso público, exceto para preencher cargos vagos.

O que mudou com o novo RRF, firmado no ano passado?

Entre as alterações, estão a extensão do prazo de permanência no regime para nove anos (antes, eram três anos); a retomada do pagamento da dívida, escalonada, dois meses após o RRF entrar em vigor, até o retorno de 100% ao final de nove anos; a manutenção dos reajustes automáticos dos servidores admitidos até 2021 a cada três anos; e a possibilidade de o estado fazer investimentos, desde que respeitando o teto de gastos, que limita as chamadas despesas primárias ao crescimento da **inflação**.

De quanto é a dívida pública do estado com a União?

Segundo a Secretaria estadual de Fazenda, a dívida consolidada atualizada (em janeiro de 2023) é de R\$ 177,8 bilhões.

Quanto o estado já pagou de sua dívida com a União desde agosto de 2022? E qual é a previsão para este ano, se não houver alteração no RRF?

Desde agosto e até o fim de 2022, foi pago R\$ 1,6 bilhão. Este ano, a previsão é de cerca de R\$ 4 bilhões.

Quais as alterações no novo RRF propostas pelo governo Cláudio Castro?

Ainda não foram apresentadas em detalhes. O governador chegou a citar alongamento nos prazos de pagamento da dívida.

O estado fechou 2021 e 2022 com superávit?

Em 2021, o Rio fechou o ano com superávit de R\$ 13,7 bilhões. Desde 2016, o caixa vinha fechando com déficit. Em 2022, de acordo com a Secretaria de Fazenda, o superávit foi de R\$ 6,5 bilhões.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Projeto prevê sanção a discriminação salarial por gênero



Lula assina o projeto de lei: "A mulher tem o direito de ganhar o mesmo dinheiro que ganha o homem trabalhando"

**Guilherme Pimenta e Fabio Murakawa De Brasília**

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinou ontem um projeto de lei para igualar o salário entre homens e mulheres que desempenham funções iguais. "Nesse projeto que nós estamos mandando ao Congresso, tem uma única palavra que faz toda a diferença. E essa palavra se chama "obrigatoriedade" de pagar o salário igual [entre homens e mulheres]", afirmou o presidente em evento no Palácio do Planalto que marca o Dia Internacional da Mulher.

Caso fique comprovada discriminação salarial por gênero, raça ou etnia, a empresa será obrigada a fazer a equiparação salarial devida e ainda terá de pagar, como multa à União, um valor dez vezes maior que a remuneração mais alta registrada na empresa que desprezitar a lei. "A mulher tem o direito de ganhar o mesmo dinheiro que ganha o homem trabalhando", declarou Lula.

Lula disse que "vai ter muita gente que não vai querer pagar", e pediu que o Poder Judiciário garanta o cumprimento da legislação.

"A Justiça tem que funcionar para o empresário seja obrigado a pagar aquilo que a mulher merece pela sua capacidade de trabalho", falou o presidente.

"Vai ter que doer no bolso. Se não doer no bolso, infelizmente, nós continuaremos com essa injustiça social com as mulheres", acrescentou a ministra do Planejamento, Simone Tebet, em entrevista à Rádio Bandeirantes.

Nesta quarta-feira, Lula também assinou mensagem

ao Congresso de ratificação da Convenção 190 da OIT, sobre violência e assédio no trabalho.

"Quando aceitamos que a mulher ganhe menos que o homem, estamos perpetuando uma violência histórica. Quando negamos às mães os direitos de criarem filhos com dignidade e segurança, estamos normalizando a violência contra as mulheres", afirmou o presidente da República durante o evento.

A cerimônia contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin e sua mulher, Lu Alckmin, e da ex-presidente Dilma Rousseff. Afastada do cargo após um processo de impeachment em 2016, Dilma foi a mais ovacionada.

A plateia, predominantemente feminina, homenageou única presidente mulher da história do Brasil com um coro que, habitualmente, é dirigido a Lula: "Dilma guerreira do povo brasileiro".

Esse fato foi lembrado pela ministra da Mulher, Cida Gonçalves, na abertura de seu discurso e produziu nova ovação a Dilma.

Também foi lembrada a ex-vereadora Marielle Franco (Psol- RJ), assassinada em 2018 em circunstâncias ainda não esclarecidas totalmente pela polícia. Sua irmã, Anielle Franco, é hoje ministra da Igualdade Racial. "Marielle, Justiça!", gritou a plateia.

"A política de tratamento igual pode adicionar 0,2 ponto percentual à taxa de crescimento anual do PIB brasileiro", disse Cida Gonçalves. "Estamos trabalhando arduamente para que isso se concretize." Outras políticas anunciadas pelo governo são a Política de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e Discriminação na Administração Pública e a Política Nacional de Inclusão, Permanência e Ascensão de Meninas na Ciência, Tecnologia e Inovação.

"Palestras, eventos, seminários e debates estão previstos para todo o mês em diversas pastas da Esplanada dos Ministérios", informou o Planalto em nota.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187487?page=1&section=1>

# Transtorno mental gera perda de 4,7% do PIB



Henrique Lopes Lemos de Oliveira, médico do trabalho: 10% dos atendimentos na Clamper envolvem transtornos mentais

**Cibelle Bouças De Belo Horizonte**

Os transtornos mentais que afetam uma parcela dos trabalhadores brasileiros provocam uma perda no faturamento das empresas de R\$ 397,2 bilhões por ano. Na economia como um todo, a perda chega a 4,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Os dados fazem parte de um estudo elaborado pela gerência de economia e finanças empresariais da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

Segundo o estudo, devido aos efeitos dos transtornos mentais na produtividade das companhias, há redução de 800,7 mil empregos gerados no país por ano. Em massa salarial a perda é de R\$ 164,7 bilhões, valor que supera o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600 por mês para 21,6 milhões de famílias. A perda em **impostos** líquidos é estimada em R\$ 25,7 bilhões.

Em Minas Gerais, a perda anual é de R\$ 31 bilhões no faturamento das empresas, de R\$ 16,7 bilhões em massa salarial e de R\$ 2,4 bilhões em **impostos** líquidos. A redução no número de empregos chega a 73,8 mil empregos. O impacto total equivale a 4,2% do **PIB** do Estado.

"A pesquisa tenta mostrar que os problemas causados pelos transtornos mentais transbordam, geram impactos na família, nos amigos, no trabalho, na performance da empresa. No limite, afeta a

sociedade", afirmou João Gabriel Pio, economista chefe da Fiemg.

Nas pessoas, os efeitos são diretos, com gastos com medicação, consultas e hospitalização, e indiretos, como perda de produtividade por falta, incapacidade ou aposentadoria precoce, e perda de renda. Na sociedade, os impactos são redução da atividade econômica e aprofundamento da pobreza e da desigualdade, disse Pio.

O estudo levou em conta dado da Pesquisa Nacional da Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que 10,2% da população acima de 18 anos sofre de depressão. E considerou estimativa da Royal Society for Public Health que 20% da população ocupada no mundo sofre de algum transtorno mental.

O estudo também usou como base o indicador de saúde expresso em anos de vida ajustados pela doença, desenvolvido por David McDaid e Sara Evans-Lacko do Departamento de Políticas de Saúde da London School of Economics and Political Science. Os economistas da Fiemg atribuíram um valor monetário para cada ano de vida perdido, com base na produção média com que cada trabalhador contribui para a economia.

"O doente perde, em média, 51 dias por ano, devido a problemas como faltas, perda de produtividade e licenças médicas. Se partirmos do pressuposto que 20% da população ocupada produz abaixo da sua capacidade isso significa produção menor, nível de contratação menor, nível de renda mais baixa, demanda potencial menor. É um círculo vicioso", observou Pio.

No Brasil, do total de pessoas com transtornos mentais, 46,5% sofrem de ansiedade, 24,4% de depressão; 7% possuem transtorno bipolar; e 5,7%, déficit de atenção e hiperatividade. O restante (16,4%) enfrenta outros transtornos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou em 2022, para um aumento de 27,6% nos casos de depressão e de 25,6% nos casos de transtorno de ansiedade, por causa da pandemia de covid-19.

O terapeuta Alexandre Coimbra Cabral, psicólogo,

consultor de saúde mental em organizações e colunista do Valor, observou que há subnotificação de casos no Brasil, por causa do hábito de automedicação. Desde o início da pandemia, o consumo de remédios para dormir cresceu 45% no país, segundo Coimbra.

"As empresas estão percebendo que a saúde mental não é problema específico de um grupo de pessoas. A ansiedade e a depressão atingem desde o chão de fábrica até o CEO", afirmou Coimbra. Para o terapeuta, há uma evolução nas empresas em relação aos cuidados com a saúde mental, mas ainda há muito preconceito. "Ainda existe uma consideração de que uma pessoa que vive com depressão é frágil e não pode ter poder, quando na verdade tem muito CEO com depressão", afirmou Coimbra.

A especialista em recursos humanos e presidente da Friendsbee, plataforma on-line de saúde mental em empresas, Andrea Destri disse que é mais comum ver empresas adotarem uma postura mais assistencial, com contratação de academia, psicólogos, cursos de "mindfulness" (foco total no presente) e treinamento de líderes. No entanto, poucas levam a questão até a alta gestão das empresas.

"A empresa tem que cuidar para não adoecer as pessoas e cuidar do seu modelo de gestão de pessoas junto com a gestão de negócios", afirmou Destri. A especialista acrescentou que, após a pandemia, o trabalho foi ressignificado na vida das pessoas. "Além do dinheiro, o que vincula as pessoas às empresas é como elas se sentem na corporação, se são ouvidas, respeitadas, se percebem o impacto do que fazem na sociedade." Em Minas Gerais, o Sesi oferece para as indústrias serviços de promoção da saúde mental nas empresas. As atividades incluem palestras, oficinas, cursos, atendimento e assessoria psicossocial, avaliação e gestão de riscos psicossociais e programas personalizados para as empresas. O Sesi ainda disponibiliza psicólogos para fazer o diagnóstico do trabalhador e encaminhar o tratamento mais adequado. "Trabalhamos muito na vertente da proteção da saúde mental. E temos serviços voltados ao tratamento e à orientação", afirmou Fernanda Cardoso Zanetti, coordenadora de promoção da saúde do Sesi-MG. A procura por programas de promoção da saúde mental aumentou mais de 200% desde 2000, segundo Zanetti.

A Clamper, fabricante de equipamentos para prevenir danos em sistemas elétricos, é uma das empresas que reforçaram seus programas de saúde mental com o Sesi. Henrique Lopes Lemos de Oliveira, médico do trabalho da Clamper, disse que a área de saúde faz entre 250 e 300 atendimentos por mês e, cerca de 10% são casos de transtornos mentais.

"A companhia optou por fazer o acolhimento. Elas são acolhidas pela psicóloga, e são encaminhadas para uma psicoterapia cognitiva comportamental, que estimula mudanças de vida", disse. A terapia é feita por uma equipe de psicólogos do Sesi. As consultas são feitas de forma remota, na empresa, no horário de trabalho e são pagas pela empresa.

Os atendimentos começaram a ser feitos em outubro de 2022. Os casos mais comuns, segundo Oliveira, são de transtornos adaptativos por problemas no casamento, com filhos ou com parentes dependentes químicos, crises de ansiedade e depressão após luto. Oliveira disse que, na maioria dos casos, a causa dos transtornos tem origem fora do trabalho.

Na Reptec, fabricante de equipamentos de proteção individual (EPI) e uniformes, também houve aumento de casos de ansiedade e depressão a partir de 2020. O engenheiro de segurança e responsável técnico da Reptec, Fausto Goes, disse que foi feito estudo confirmando que uma parte dos empregados trabalhava sob estresse. "A empresa contratou uma psicóloga para dar suporte." A companhia também conta com psicólogos do Sesi para atender os casos que demandam terapia. A empresa arca com a parte da despesa. Goes não informou quantos dos 290 empregados estavam com quadro de ansiedade ou depressão.

A mineradora Anglo American desenvolve desde 2018 um programa de promoção da saúde mental. A empresa conta com sete psicólogos que ficam nas unidades para atender os funcionários. A mineradora disponibiliza uma plataforma para os empregados fazerem até quatro sessões de terapia por mês custeadas pela empresa. Em casos de afastamento do trabalho, os empregados recebem acompanhamento.

A coordenadora de saúde mental da Anglo American, Anna Paula Reis Bandeira, disse que no ano passado 936 dos 4 mil empregados no Brasil foram atendidos. "Pessoas que trabalham em espaço confinado, trabalho em altura ou com produtos químicos precisam trabalhar com amparo psicossocial", afirmou. Também recebem atendimento pessoas com transtornos decorrentes de questões pessoais, acrescentou.

A Samarco promove ações de promoção de saúde mental desde o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015, com a morte de 19 pessoas. A mineradora passou a disponibilizar equipe de psicoterapeutas. Em 2020, com a pandemia, a empresa passou a fazer também ações de promoção da saúde mental, segundo Vera Lucia da Silva, gerente-geral de desenvolvimento humano e organizacional da Samarco.

"Agora a empresa também avalia os fatores organizacionais que podem afetar a saúde mental dos colaboradores, como cultura da empresa, estilo de liderança, se tem sobrecarga de trabalho em alguma área, se tem falta de trabalho em outra. Temos um olhar sobre os fatores organizacionais para ver o que precisa ser tratado", afirmou.

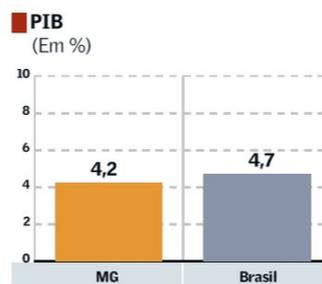
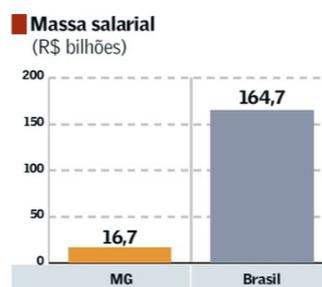
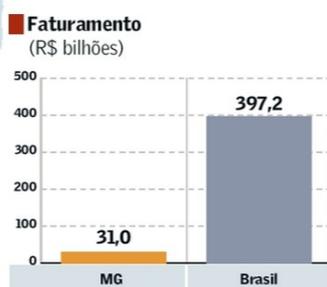
A Samarco busca identificar setores que por fatores organizacionais estão mais sujeitos a casos de transtorno mental. Nessas áreas a atuação é coletiva. O programa de saúde mental da Samarco foi um dos cinco destaques do prêmio HSEC da BHP, em Melbourne, na Austrália, que avaliou 340 projetos no mundo.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/?/edition/187357?page=1  
#/edition/187487?page=1&section=1](https://valor.globo.com/virador/?/edition/187357?page=1#/edition/187487?page=1&section=1)**

## Custo alto

Perdas econômicas com os transtornos mentais



29,41 milhões era o número de pessoas de 20 anos ou mais com transtornos mentais no Brasil em 2019

20% das pessoas ocupadas no Brasil sofrem de algum problema relacionado à saúde mental

51 é a média de dias de vida saudável que as pessoas com transtornos mentais perdem por ano

Fonte: Fiemg

**Saúde** Tema ganha atenção com pandemia e movimenta empresas

# Transtorno mental gera perda de 4,7% do PIB

**Cibelle Bouças**  
 De Belo Horizonte

Os transtornos mentais que afetam uma parcela dos trabalhadores brasileiros provocam uma perda no faturamento das empresas de R\$ 397,2 bilhões por ano. Na economia como um todo, a perda chega a 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Os dados fazem parte de um estudo elaborado pela gerência de economia e finanças empresariais da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

Segundo o estudo, devido aos efeitos dos transtornos mentais na produtividade das companhias, há redução de 800,7 mil empregos gerados no país por ano. Em massa salarial a perda é de R\$ 164,7 bilhões, valor que supera o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600 por mês para 21,6 milhões de famílias. A perda em impostos líquidos é estimada em R\$ 25,7 bilhões.

Em Minas Gerais, a perda anual é de R\$ 31 bilhões no faturamento das empresas, de R\$ 16,7 bilhões em massa salarial e de R\$ 2,4 bilhões em impostos líquidos. A redução no número de empregos chega a 73,8 mil empregos. O impacto total equivale a 4,2% do PIB do Estado.

"A pesquisa tenta mostrar que os problemas causados pelos transtornos mentais transbordam, geram impactos na família, nos amigos, no trabalho, na performance da empresa. No limite, afeta a sociedade", afirmou João Gabriel Pio, economista-chefe da Fiemg.

Nas pessoas, os efeitos são diretos, com gastos com medicação, consultas e hospitalização, e indiretos, como perda de produtividade por falta, incapacidade ou aposentadoria precoce, e perda de renda. Na sociedade, os impactos são redução da atividade econômica e aprofundamento da pobreza e da desigualdade, disse Pio.

O estudo levou em conta dados da Pesquisa Nacional da Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que 10,2% da população acima de 18 anos sofre de depressão. E considerou estimativa da Royal Society for Public Health que 20% da população ocupada no mundo sofre de algum transtorno mental.

O estudo também usou como base o indicador de saúde expresso em anos de vida ajustados pela doença, desenvolvido por David McDaid e Sara Evans-Lacko do Departamento de Políticas de Saúde da London School of Economics and Political Science. Os econo-

mistas da Fiemg atribuíram um valor monetário para cada ano de vida perdido, com base na produção média com que cada trabalhador contribui para a economia.

"O doente perde, em média, 51 dias por ano, devido a problemas como faltas, perda de produtividade e licenças médicas. Se partirmos do pressuposto que 20% da população ocupada produz abaixo da sua capacidade isso significa produção menor, nível de contratação menor, nível de renda mais baixa, demanda potencial menor. É um círculo vicioso", observou Pio.

No Brasil, do total de pessoas com transtornos mentais, 46,5% sofrem de ansiedade, 24,4% de depressão; 7% possuem transtorno bipolar; e 5,7% déficit de atenção e hiperatividade. O restante (16,4%) enfrenta outros transtornos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou em 2022, para um aumento de 27,6% nos casos de depressão e de 25,6% nos casos de transtorno de ansiedade, por causa da pandemia de covid-19.

O terapeuta Alexandre Coimbra Cabral, psicólogo, consultor de saúde mental em organizações e colunista do **Valor**, observou que há subnotificação de casos no Brasil, por causa do hábito de automedicação. Desde o início da pandemia, o consumo de remédios para dormir cresceu 45% no país, segundo Coimbra.

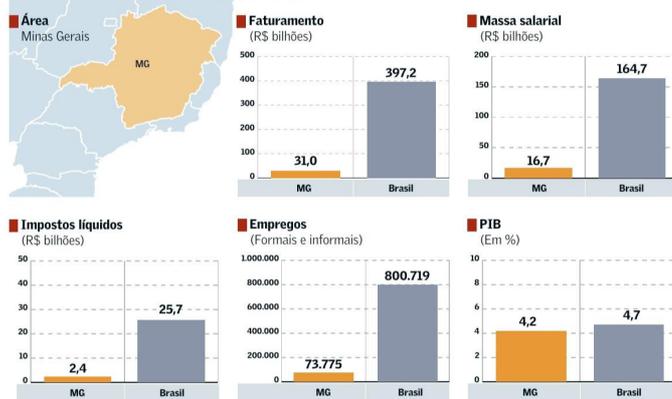
"As empresas estão percebendo que a saúde mental não é problema específico de um grupo de pessoas. A ansiedade e a depressão atingem desde o chão de fábrica até o CEO", afirmou Coimbra. Para o terapeuta, há uma evolução nas empresas em relação aos cuidados com a saúde mental, mas ainda há muito preconceito. "Ainda existe uma consideração de que uma pessoa que vive com depressão é frágil e não pode ter poder, quando na verdade tem muito CEO com depressão", afirmou Coimbra.

A especialista em recursos humanos e presidente da Friendsbee, plataforma on-line de saúde mental em empresas, Andrea Destri disse que é mais comum ver empresas adotarem uma postura mais assistencial, com contratação de academia, psicólogos, cursos de "mindfulness" (foco total no presente) e treinamento de líderes. No entanto, poucas levam a questão até a alta gestão das empresas.

"A empresa tem que cuidar para não adoece as pessoas e cuidar do seu modelo de gestão de pessoas junto com a gestão de negócios", afirmou Destri. A especialista acrescentou que, após a pandemia, o trabalho foi ressignificado

## Custo alto

Perdas econômicas com os transtornos mentais



Fonte: Fiemg

29,41 milhões era o número de pessoas de 20 anos ou mais com transtornos mentais no Brasil em 2019

20% das pessoas ocupadas no Brasil sofrem de algum problema relacionado à saúde mental

51 é a média de dias de vida saudável que as pessoas com transtornos mentais perdem por ano



Henrique Lopes Lemos de Oliveira, médico do trabalho: 10% dos atendimentos na Clamper envolvem transtornos mentais

na vida das pessoas. "Além do dinheiro, o que vincula as pessoas às empresas é como elas se sentem na corporação, se são ouvidas, respeitadas, se percebem o impacto do que fazem na sociedade."

Em Minas Gerais, o Sesi oferece para as indústrias serviços de promoção da saúde mental nas empresas. As atividades incluem palestras, oficinas, cursos, atendimento e assessoria psicossocial, avaliação e gestão de riscos psicossociais e programas personalizados para as empresas. O Sesi ainda disponibiliza psicólogos para fazer o diagnóstico do trabalhador e encaminhar o tratamento mais adequado. "Trabalhamos muito na vertente da proteção da saúde mental. E temos serviços voltados ao tratamento e à orientação", afirmou Fernanda Cardoso Zanetti,

coordenadora de promoção da saúde do Sesi-MG. A procura por programas de promoção da saúde mental aumentou mais de 200% desde 2000, segundo Zanetti.

A Clamper, fabricante de equipamentos para prevenir danos em sistemas elétricos, é uma das empresas que reforçaram seus programas de saúde mental com o Sesi. Henrique Lopes Lemos de Oliveira, médico do trabalho da Clamper, disse que a área de saúde faz entre 250 e 300 atendimentos por mês e, cerca de 10% são casos de transtornos mentais.

"A companhia optou por fazer o acolhimento. Elas são acolhidas para uma psicoterapia cognitiva comportamental, que estimula mudanças de vida", disse. A terapia é feita por uma equi-

pe de psicólogos do Sesi. As consultas são feitas de forma remota, na empresa, no horário de trabalho e são pagas pela empresa.

Os atendimentos começaram a ser feitos em outubro de 2022. Os casos mais comuns, segundo Oliveira, são de transtornos adaptativos por problemas no casamento, com filhos ou com parentes dependentes químicos, crises de ansiedade e depressão após luto. Oliveira disse que, na maioria dos casos, a causa dos transtornos tem origem fora do trabalho.

Na Repect, fabricante de equipamentos de proteção individual (EPI) e uniformes, também houve aumento de casos de ansiedade e depressão a partir de 2020. O engenheiro de segurança e responsável técnico da Repect, Fausto Goes, disse que foi feito estudo confir-

mando que uma parte dos empregados trabalhava sob estresse. "A empresa contratou uma psicóloga para dar suporte." A companhia também conta com psicólogos do Sesi para atender os casos que demandam terapia. A empresa arca com a parte da despesa. Goes não informou quantos dos 290 empregados estavam com quadro de ansiedade ou depressão.

A mineradora Anglo American desenvolve desde 2018 um programa de promoção da saúde mental. A empresa conta com sete psicólogos que ficam nas unidades para atender os funcionários. A mineradora disponibiliza uma plataforma para os empregados fazerem até quatro sessões de terapia por mês custeadas pela empresa. Em casos de afastamento do trabalho, os empregados recebem acompanhamento.

A coordenadora de saúde mental da Anglo American, Anna Paula Reis Bandeira, disse que no ano passado 936 dos 4 mil empregados no Brasil foram atendidos. "Pessoas que trabalham em espaço confinado, trabalho em altura ou com produtos químicos precisam trabalhar com amparo psicossocial", afirmou. Também recebem atendimento pessoas transtornos decorrentes de questões pessoais, acrescentou.

A Samarco promove ações de promoção de saúde mental desde o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015, com a morte de 19 pessoas. A mineradora passou a disponibilizar equipe de psicoterapeutas. Em 2020, com a pandemia, a empresa passou a fazer também ações de promoção da saúde mental, segundo Vera Lucia da Silva, gerente de desenvolvimento humano e organizacional da Samarco.

"Agora a empresa também avalia os fatores organizacionais que podem afetar a saúde mental dos colaboradores, como cultura da empresa, estilo de liderança, se tem sobrecarga de trabalho em alguma área, se tem falta de trabalho em outra. Temos um olhar sobre os fatores organizacionais para ver o que precisa ser tratado", afirmou.

A Samarco busca identificar setores que por fatores organizacionais estão mais sujeitos a casos de transtorno mental. Nessas áreas a atuação é coletiva. O programa de saúde mental da Samarco foi um dos cinco destaques do prêmio HSEC da BHP, em Melbourne, na Austrália, que avaliou 340 projetos no mundo.

# Consumo do governo atinge menor nível da série histórica



Jeferson Bittencourt: queda entre 2020 e 2022 representa quase toda a redução de despesa com pessoal no período

**Anais Fernandes De São Paulo**

O peso da máquina estatal, que vinha caindo desde meados de 2017, atingiu no ano passado o nível mais baixo na série histórica das Contas Nacionais. Economistas dizem acreditar, no entanto, que essa tendência deve ser revertida em 2023, já que os gastos dos governos sobretudo com pessoal devem voltar a subir e o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país, por sua vez, deve crescer menos.

Considerando os três níveis de governo, os gastos do setor público com salários de funcionários e custeios de máquina caíram para 18% do **PIB** nos quatro trimestres até o fim de 2022, de 18,6% em 2021 e após um repique para 20,2% em meados de 2020, ano de início da pandemia, destaca em nota a corretora Tullett Prebon.

A série, iniciada em 1996, começa do pico, com a máquina estatal somando 21,1% do **PIB** no fim de 1995. Desde então, a série oscila e atinge um novo pico no segundo trimestre de 2017, quando os gastos registram 20,5% do **PIB** e, depois, voltam a recuar.

Os cálculos não consideram despesas com investimentos públicos e transferências de renda.

Embora ambos sejam gastos primários, eles não configuram consumo próprio do governo para as Contas Nacionais. Os investimentos são computados como Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), enquanto as transferências podem virar consumo para as famílias que recebem essa renda.

Grosso modo, o que afeta o consumo do governo nas Contas Nacionais são gastos com saúde, educação e, principalmente, salário de servidores, explica Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional. "Essa queda abrupta entre 2020 e 2022 corresponde quase toda à redução da despesa de pessoal como proporção do **PIB**, de 4,2% para 3,4%", observa.

Carlos Kawall, sócio e fundador da Oriz Partners e também ex-secretário do Tesouro, lembra que até o boom de arrecadação dos Estados em 2021 muitos entes sofriam restrições fiscais severas, o que segurava reajuste de servidores.

Além disso, no âmbito federal, a partir de 2017, entrou em vigência o teto de gastos.

"Acho que ele funcionou e acabou induzindo, especialmente nesse período mais recente, uma limitação grande na contratação de funcionários públicos e também um aperto dos salários", afirma Kawall. "Não quero dizer se isso é sustentável, não dar reajuste todos os anos, especialmente depois que a **inflação** subiu, mas, de fato, teve alguma adequação." A redução no consumo de governo não necessariamente afeta negativamente o **PIB**, explica Bittencourt.

"Hipoteticamente, se o governo passou a gastar menos com essas coisas, mas gastou mais com investimentos, pode ter um efeito positivo." Outro aspecto importante e que parece ser mais o caso recente do Brasil, segundo Bittencourt, é a redução do tamanho do Estado implicar uma maior atividade dos investimentos privados.

"Se o governo gasta menos, pode reduzir tributação e sobrar mais dinheiro para o setor privado investir. Isso é melhor para o **PIB**, porque o efeito multiplicador do investimento é maior do que o do consumo do governo", afirma, reforçando que "o investimento privado cresceu substancialmente" no período recente. "Se conseguir diminuir esses gastos "menos produtivos" e tiver um outro mais produtivo, tende a mais do que compensar", diz Bittencourt.

A queda do consumo do governo foi importante, segundo a Tullett Prebon, porque a contenção do consumo público contribuiu para acomodar o forte

aumento de transferências. Elas não entram como consumo do governo nas Contas Nacionais, mas pesam sobre as despesas públicas nas contas financeiras.

Para os próximos anos, todas as sinalizações são de que esse consumo do governo tende a crescer, aponta Bittencourt. "Tem a perspectiva de mais concursos, mais salário para os servidores. E isso não só em nível federal, no estadual também", afirma.

"Acho que o movimento [de queda do consumo do governo como proporção do **PIB** nas Contas Nacionais] vai começar a ser revertido. Nos Estados, já teve a possibilidade de reajuste de salários no ano passado e, para este ano, já temos sinalizações de aumento de gastos", diz Kawall. "O consumo [do governo] deve voltar a subir em termos reais mais do que o crescimento do **PIB**." A questão, segundo Bittencourt, é a que custo esse consumo vai crescer. "Isso vai precisar ser financiado, se a gente pensar que as contas públicas vão ficar no mesmo nível de equilíbrio que tinham, mas com mais despesa de pessoal", afirma.

Se a saída vier de mais tributação, o efeito pode ser uma inibição dos investimentos privados, alerta.

"O consumo pode se recuperar, mas o efeito sobre o **PIB** pode acabar sendo pior." Para Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), os gastos do governo podem subir sem que isso apareça no seu consumo nas Contas Nacionais, já que a atual gestão ampliou transferências de renda e tem a intenção de aumentar investimentos públicos.

Para ela, pode ser que o consumo do governo volte a subir um pouco, dado que ainda há espaço para serviços públicos retomarem, mas não deve retornar a patamares pré-pandemia.

O problema, segundo ela, é que o multiplicador dos investimentos sobre a economia, que tende a ser maior que o de transferências diretas, pode ficar até negativo se o aumento de gastos não for acompanhado de fontes de financiamento, porque isso amplia a dívida do Brasil e pode elevar o risco-país, piorando as condições financeiras.

"Se o governo quiser gastar mais, é legítimo, mas tem de mostrar de onde vêm os recursos e convencer a sociedade disso", afirma.

De 1998 até 2014, período que pega boa parte de governos petistas até a recessão no governo Dilma, o consumo do governo cresceu a uma taxa de 2,5% ao ano, observa Matos. "É muito forte, e isso ajudou o

**PIB**", diz. "De 2015 para cá, isso muda completamente, cai para 0,5%. O consumo do governo, que estava com um pé no acelerador, virou. O ritmo não é sustentável por causa do financiamento dos gastos." Naquela época, lembra Matos, havia "gordura para queimar", ou seja, o país aumentava as despesas, mas ainda registrava superávit primário.

O novo governo pode até querer reeditar o passado, mas, agora, "o cobertor é curto", diz a economista. Além disso, a **inflação** já está elevada e os gastos do governo tendem a ter um impacto doméstico maior sobre os preços locais. "Já vimos isso. No fim do dia, tentou-se usar o setor público e o que ganhamos foi **inflação**, recessão e aumento da dívida. Não tem saída fácil para acelerar o **PIB**."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187487?page=1&section=1>

## O peso da máquina

Consumo do governo, em quatro trimestres - em % do PIB



Fonte: Tullett Prebon